

RENATO DE VASCONCELOS FARJALLA

**ANÁLISE DO IMPACTO PROPORCIONADO PELOS
PROGRAMAS DE ESPORTES E LAZER DESENVOLVIDOS
NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**



**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
VILA REAL, 2017**

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

RENATO DE VASCONCELOS FARJALLA

**ANÁLISE DO IMPACTO PROPORCIONADO PELOS PROGRAMAS DE
ESPORTES E LAZER DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**

Doutoramento em Ciências do Desporto

Orientador: Professor Doutor António Seródio

Coorientador: Professor Doutor Paulo Lobato

Vila Real, Portugal, 2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F229 Farjalla, Renato de Vasconcelos.

Análise do impacto proporcionado pelos programas de esportes e lazer desenvolvidos no município de Petrópolis / Renato de Vasconcelos Farjalla – 2018.

103 f.

Orientador: Antônio José Serôdio Fernandes

Coorientador: Paulo Lanes Lobato

Dissertação (Doutoramento) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

1. Avaliação - Teses. 2. Políticas Públicas - Teses. 3. Educação Física. 4. Lazer. I. Fernandes, Antônio José Serôdio. II. Lobato, Paulo Lanes. III. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. IV. Título.

CDU 796

Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desporto, de acordo com o disposto no Decreto-Lei 107/2008, de 25 de junho.

À minha filha Ana Clara, que deixei com 20 dias de nascimento para estudar em Portugal, e com quem aprendo todos os dias a ser pai.

Agradecimentos

Ao professor Manoel Tubino, por quem desde minha graduação em Educação Física construí uma enorme admiração. Quando o conheci de perto em sua coorientação no mestrado em Educação Física, percebi o gigante que era o Dr. Tubino, não só por suas obras literárias, mas pela sua enorme simplicidade e capacidade de acolher os estudantes.

A sua generosidade, respeito e capacidade de relacionar-se com todas as correntes, fazendo-as claras através de seus estudos de tendências.

Acabei por insistir muito que aceitasse ser meu orientador, em pouco tempo senti que seus problemas de saúde comprometiam seu cotidiano, vivi, aprendi e entendi a figura do Dr. Tubino no curto convívio que tivemos nas orientações, percebi que se existisse um sinônimo para Educação Física no Brasil, seria este: Tubino.

Ao Professor Dr. António Serôdio por ter ajudado na continuidade deste trabalho, por ter colocado luz sobre o que não pude perceber sozinho;

Ao Professor Dr. Paulo Lobato, amizade feita em Portugal e grande ajuda no Brasil;

Aos professores e alunos da Universidade Estácio de Sá da cidade de Petrópolis;

Ao professor José Vilaça, meu amigo desde o início do doutoramento aqui em Portugal, por toda a ajuda, amizade e força, minha enorme admiração.

Sandra Sahb, sem sua ajuda, seria muito mais complicado, sempre amiga e disposta a contribuir;

Dr Hélio Furtado, amigo de muitas idas e vindas a Portugal; À

Minha família, por terem resistido ao período do doutoramento.

.

“Não almejo despertar convicção. Almejo estimular o pensamento e perturbar preconceitos”.
Sigmund Freud.

Índice

1 Introdução: As Políticas Públicas do Município de Petrópolis.....	14
2 Revisão Bibliográfica: O Contexto da Cidade de Petrópolis.....	26
3 Metodologia: Caminhos para a Análise do Impacto.....	47
4 Resultados: A Chegada de Resultados.....	56
5 Discussão: Discutir para Progredir.....	70
6 Conclusão: É Preciso Avançar.....	82
7 Referências	90
8 Anexos	
Anexo 1 Termos de consentimento.	
Anexo 2 Instrumento A: Os diretores	
Anexo 3 Instrumento B: Para os Professores	
Anexo 4 Instrumento C: Para os pais	

Índice de Quadros

Quadro 1 Perfil quantitativo relativo a cada núcleo do projeto instalado.....	49
Quadro 2 Percentual de pais ou responsáveis que responderam ao instrumento aplicado.....	50
Quadro 3 Variáveis dependentes.....	54
Quadro 4 Quantitativo avaliado em escolas da rede municipal.....	56
Quadro 5 Total de instrumentos aplicados aos diretores para averiguar o quantitativo de alunos	56
Quadro 6 Informações sobre o perfil de utilização dos núcleos.....	57
Quadro 7 Relações de utilização das atividades.....	57
Quadro 8 Infraestrutura de funcionamento.....	58
Quadro 9 Percentual obtido a partir das respostas dos diretores.....	58
Quadro 10 Desempenho dos professores do projeto.....	59
Quadro 11 Quantitativo das atividades desenvolvidas.....	60
Quadro 12 Percepção dos professores quanto a melhorias nos alunos.....	60
Quadro 13 Respostas dos professores quanto as melhorias percebidas em participantes.....	61
Quadro 14 Respostas dos Professores quanto a melhorias percebidas em Participantes.....	61
Quadro 15 Respostas dos professores a percepção de melhorias no desempenho escolar.....	61
Quadro 16 Constatação dos professores quanto as melhorias percebidas.....	61
Quadro 17 Comentários das crianças sobre as atividades realizadas no projeto.....	62
Quadro 18 Respostas dos professores em relação ao desenvolvimento dos alunos.....	62
Quadro 19 Análise das questões abertas.....	62
Quadro 20 Percepção dos pais e responsáveis sobre possíveis melhorias nos participantes....	63
Quadro 21 Mudanças percebidas pelos pais e responsáveis quanto à participação de crianças	63
Quadro 22 Mudanças de desempenho constatadas pelos pais.....	64
Quadro 23 Percepções dos responsáveis sobre o desempenho das crianças.....	64
Quadro 24 Comunicações entre pais e filhos quanto ao projeto.....	64
Quadro 25 Percepção dos pais quanto ao espaço onde se realizam as atividades esportivas.....	64
Quadro 26 Constatação dos diretores.....	65
Quadro 27 Médias das faixas etárias.....	65
Quadro 28 Adequação da infraestrutura segundo os núcleos.....	66

Quadro 29 Variáveis relacionadas a infraestrutura.....	66
Quadro 30 Núcleos que apresentam pequenas diferenças quanto a utilização da infra estrutura	66
Quadro 31 Valorização para incentivo à permanência e participação.....	66
Quadro 32 Respostas dadas nos núcleos para a valorização.....	67
Quadro 33 Os níveis de interesse e percepção para o lazer para o lazer e trabalho	67
Quadro 34 Principais incidências apresentadas.....	68
Quadro 35 Dimensão de desenvolvimento.....	68
Quadro 36 Percepção dos diretores quanto ao desenvolvimento dos alunos.....	68
Quadro 37 Dimensão de colaboração.....	69
Quadro 38 Relação de observação das intenções entre aulas e interesses dos alunos.....	69
Quadro 39 Dimensão entre causas e dificuldades.....	69
Quadro 40 Percepção das relações entre família, disciplina e autoestima.....	69

ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES E LAZER EM PETRÓPOLIS

RESUMO

Este estudo se desenvolveu entre os anos de 2000 e 2006 na cidade de Petrópolis, situada ao sul do estado do Rio de Janeiro. Com a atuação de uma Secretaria Municipal voltada ao desenvolvimento e administração de programas públicos de Esportes e Lazer, este fato proporcionou significativa modificação nas políticas públicas municipais. Pela primeira vez na história de Petrópolis foi desenvolvido, de forma sistematizada, um programa de Iniciação ao Desporto (PID). Contudo, a ausência de avaliações deste programa aponta para a necessidade de se desenvolver metodologias próprias e que analisem a eficiência, a eficácia e a efetividade destas políticas públicas. O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto proporcionado pelo desenvolvimento deste programa voltado especificamente para as crianças em idade escolar, além de oferecer alguns indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para possíveis modificações no projeto – quando e se necessário. Os instrumentos aplicados foram questionários e entrevistas para diretores das escolas (n=38), professores (n=109) e pais de alunos (n=531), complementado com técnica de análise de discurso, que viabiliza os procedimentos inovadores para avaliar políticas vigentes. Foram, ainda, observadas variáveis relacionadas à adequação, infraestrutura, valorização e desenvolvimento, tendo a Constituição de 1988, que insere o Esporte como “direito de todo cidadão”. Os resultados obtidos apontam para o êxito destas ações, indicando que os diretores responsáveis acreditam que os projetos contribuem para questões com a disciplina (92,4%), respeito aos professores (78,9%), cooperação (100%) e desenvolvimento dos alunos (100%). Os professores apontam que as atividades do projeto são capazes de desenvolver responsabilidade (52,2%), apontam para melhorias na aprendizagem dos alunos (57,7%) e acreditam que a prática esportiva melhora os alunos (100%). Os pais de alunos apontam mais ânimo para frequentar a escola (67,79%). Concluímos este estudo com uma análise sobre o quadro encontrado, onde apontamos que a maioria das informações sobre as políticas públicas oferece dados quantitativos e que estas políticas detêm caráter assistencialista - em equivocada substituição às aulas regulares de Educação Física. Apontamos, ainda, que as fases de formulação, implantação e controle do programa de Iniciação do Desporto (PID) não se apresentam de forma clara, principalmente no controle do impacto das políticas públicas de Esportes e Lazer.

Palavras chaves: Avaliação, Políticas Públicas, Lazer.

ABSTRACT

This study was developed between 2000 and 2006 in Petrópolis, located southern in Rio de Janeiro state. The fact of the Education Board aiming its programs towards the development and the administration of public investments in the area of Sports and Leisure has provided meaningful changes in the town public politics. For the first time in the history of Petrópolis, a Sport Initiation Program (PID) was developed in a systematic way. Nevertheless, the absence of evaluations on this program points to the need of development of appropriate methodologies that analyzes the efficiency, the efficacy and the effectiveness of these public politics. The present study has the aim to analyze the impact given by the development of this program that reached specifically children in school age, besides offer some pointers based on efficiency, efficacy and effectiveness to possible changes in the project – when and if necessary. The instruments applied where questionnaires and interviews concerned school headmasters (n=38), teachers (n=109) and students' parents (n=531), complemented with the technique of speech analysis, who makes viable the innovator procedures to evaluate the current politics. Variables related to adequacy, infrastructure, increase in value and development were observed, based on the Constitution of 1988, which inserts Sports as a “right of all citizens”. The results acquired point to the success of these actions, showing that the headmasters in charge believe that the projects contribute to issues as discipline (92,4%), respect to the teachers (78,9%), cooperation (100%) and students' development (100%). The teacher point out that the activities of the project are capable of developing responsibility (52,2%), improving learning (57,7%) and believe that sport practice improves the students (100%). The parents point out an increase in their attitude for attending school (67,79%). We conclude the study with an analysis of the situation found and it is shown that the majority of information about public politics offer quantitative data and they hold assistance character – in a mistaken substitution to the regular Physical Education classes. We still point out that the phases of formulation, implementation and program control of the PID do not present clear aims, mainly in the control of the impact of public politics of Sports and Leisure.

Key Words: Evaluation, Public Politics, Leisure.

RÉSUMÉ

Cet étude s'est développée entre les années de 2000 et 2006 dans la ville de Petrópolis, située au sud de l'état de Rio de Janeiro. Avec l'accomplissement de la Secrétariat d'Éducation revenue au développement et administration des programmes publics de Sports et Loisirs elle a apporté expressif changement dans les politiques publiques de la municipalité. Pour la première fois dans l'histoire de Petrópolis, un programme de initiation au Sport (PID) a été développée d'une façon systematisée. Cependant, l'absence d'évaluations de ce programme montre la nécessité de développer propres methodologies pour évaluer l'efficacité, l'efficacités, l'effectivité de ces politiques publiques. Le étude actuel a été comme but analyser l'impact apporté par le développement de ce programme qui regarde spécifiquement les enfants à l'état scolaire, au-delà d'offrir quelques indicateur de l'efficacité, de l'efficacités, de l'effectivité pour possibiliter probables changements dans le projet – quand et si nécessaire. Les instruments employés sont été des questionnaires et des interviews pour les directeurs d'école (n=38), professeurs (n=109) et les parents des étudiants (n=531), complétés avec la technique de l'analyse de discours, auquel viabilize les procédure inovateurs pour évaluer les politiques actuelles. Les variables qui regardaient l'adéquation, l'infrastructure, la valorization et le développement sont été observés, en considerant la Constitution de 1988, qui inclure le sport comme "le droit de tous les citoyens". Les resultants obtenus pour le succès de ces actions indiquent que les directeurs croient que les projets contribuent pour des questions comme la discipline (92,4%), le respect aux professeurs (78,9%), la coopération (100%) et le développement des étudiants (100%). Les professeurs indiquent que les activités du projet sont capables de développer responsabilité (52,2%), améliorer l'apprentissage des étudiants (57,7%) et croient que la pratique sportif perfectionne les étudiants (100%). Les parents des étudiants révèlent plus ténacité pour aller à l'école (67,79%). On peut conclure avec une analyse sur la conjoncture trouvée où on peut souligner que la plupart des informations sur les politiques publiques offrent des quantitatifs et que ces politiques ont de caractère d'assistance – en equivoque substitution aux classes réguliers d'éducation physique. On pointe que les phases de formulation, instauration et contrôle du programme de PID ne se présentent pas d'une façon claire, surtout pour le contrôle de l'impact des politiques publiques sur le Sport et le Loisir.

Mots-clés:évaluation, politiques publiques, loisir

CAPÍTULO 1 As Políticas Públicas do Município de Petrópolis

1 Introdução

1.1 Um breve panorama brasileiro

Sendo o Brasil uma Federação constituída por 26 Estados, vem da história brasileira recente um período de exceção que centralizou as ações do governo federal - não que isto fosse diferente dos tempos coloniais ou remotos da República.

Com o fim do período de controle militar, onde todas as demandas eram determinadas pelo nacional desenvolvimento, a iniciativa do Estado, as Políticas Públicas - função primordialmente ocupada por este governo central do Estado federativo - modernizaram-se, notadamente a partir de 1988, com a nova Constituição cidadã quando nos deparamos com uma outra questão resultante do federalismo conformado na redemocratização: a descentralização. Diversamente do que ocorria no regime centralizador e autoritário, os resultados, a partir da descentralização, viriam da adesão dos níveis de governo estadual e municipal.

Em suma, seu sucesso associa-se a processos de coordenação intergovernamental. Quando a temática incide sobre a distribuição de competências entre os entes federativos, a constituição federal de 1988, por exemplo, reitera o posicionamento já estabelecido nas normativas anteriores, de que cabe à União o maior leque de competências. Porém, essa mesma constituição revela que as atribuições e responsabilidades referentes à maioria dos serviços públicos são comumente distribuídas entre os três níveis de governo, o que torna essa ação uma gestão compartilhada, o que, via de regra, acabaria por designar nosso federalismo como cooperativo. Contudo, essa análise é rebatida e destoadada a partir do momento em que se analisam as evidências resultantes desse mecanismo.

Para além de um conjunto de razões, com maior ou menor significado, encontramos os motivos que justificam a realização desta investigação: as Políticas Públicas de Educação Física,

Esportes e Lazer, do município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, focadas em proporcionar atividades desportivas no contra turno escolar, em substituição (ou não) às aulas regulares de Educação Física, buscam oportunizar atividades para o tempo livre destes estudantes ou suprir a oferta de atividades que não são contempladas – o que aponta a ineficiência na aplicação das leis específicas para a área.

A cidade de Petrópolis passa por um período de ostracismo nas atividades relacionadas aos Esportes, ao Lazer e ao desenvolvimento de projetos sociais que contemplem as Políticas Públicas de forma efetiva - o que gera um impacto negativo decorrente desta ausência, e mais: pelo desconhecimento e pelo descumprimento de Políticas Públicas voltadas para o desenvolver e oportunizar atividades esportivas para a população.

Depois de mais de dez anos de pesquisas, ainda impera o quadro de alienação e de profunda dificuldade no desenvolvimento das ações governamentais. Não há conhecimentos teóricos e nem técnicos suficientes para implementar Políticas Públicas eficientes.

Assim, demonstraremos, por meio da revisão de literatura, definições apropriadas para Políticas Públicas, balizando o conceito destas ao contexto que propiciou este estudo, e referenciando-o ao Lazer, às atividades esportivas, aos estudos das relações do Esporte Escolar com a saúde e com o desenvolvimento infantil.

As responsabilidades de cada segmento gestor - Município, Estado e Federação - não passaram despercebidas, porquanto nota-se a existência de uma certa competição entre estes, com um forçoso federalismo cooperativo - o que nos indica que ainda há muito a desenvolver.

Ao identificar as áreas sociais e quais as competências de cada nível governamental acerca dela sabe-se, como já mencionado, que existem competências exclusivas da União, fato esse gerado não somente pela responsabilidade maior que tem a esfera federal, como também pela quantidade de recursos por ela administrados.

Contudo, existem áreas que possuem a chamada competência partilhada, ou seja, os três níveis de governo possuem responsabilidades em implementar e desenvolver políticas nessas áreas específicas

Na sequência, procuraremos consubstanciar e fundamentar a metodologia adotada, caracterizando o universo, a amostra e os instrumentos utilizados, bem como explicar os procedimentos escolhidos para o desenvolvimento deste estudo.

Os procedimentos seguintes estarão reservados à apresentação dos resultados dos dados coletados - com a apresentação de uma pequena síntese no final das dimensões analisadas e posteriormente a discussão, dimensionando e estruturando cada um dos principais componentes estudados nas respectivas áreas.

Ao final do estudo, procederemos à apresentação de nossas conclusões e a apresentação das referências bibliográficas de suporte ao trabalho apresentado.

1.2 Esclarecimentos sobre o título e a temática

Escolher o título do trabalho trouxe grande preocupação, principalmente no que se refere aos estudos de Políticas Públicas nos Esportes e Lazer, área que embora sempre tenha sido utilizada por diversos governos, em regimes democráticos ou totalitários, sempre foi polêmica, em virtude das tendências ideológicas atreladas às ações de cada um destes governos.

Considerou-se, ainda, a conseqüente Política governamental desenvolvida nos dias de hoje, seja pela importância de se considerar o notório momento democrático no Brasil e as necessidades específicas de muitos municípios em desenvolvimento e expansão - como é o caso da cidade de Petrópolis, que experimenta um crescimento populacional que desordena as ações públicas, já bastante desestruturadas; um quadro semelhante a muitos outros municípios brasileiros.

O governo local por ocasião da coleta dos dados, de discurso socialista, empregava em seus programas de governo projetos incentivados e subsidiados, incorporando ações voltadas ao atendimento de desigualdades populacionais, mas reproduzindo o mesmo quadro histórico, assistencial, centrado nos recursos e diretrizes do Estado.

Oferecer estudos que possam servir de análise à estruturação de Políticas Públicas setoriais é de certa forma, desafiar a ordem Política estabelecida historicamente no sistema público. Embora

não constasse, até este momento, iniciativas claramente focadas nas atividades relacionadas a avaliar Políticas governamentais de Educação Física, ainda assim as ações do governo atual guardam grandes traços clientelistas do passado próximo.

Esta temática, de certa forma se refere a estudos já realizados na área da qualidade dos serviços de Lazer, em instituições que recebem recursos públicos, porém que demonstram a ausência de critérios relacionados à qualidade destes serviços prestados aos clientes (Farjalla, 1996).

Entretanto, nosso desafio reside em avaliar o impacto - entenda-se eficiência e eficácia das Políticas Públicas de Esportes e lazer-, um estudo mais aprofundado e longo das ações praticadas nas Políticas de governos, que, contraditoriamente, nem sempre corroboram com as Políticas de Estado.

Nas últimas três décadas tornaram-se políticas de governo a implantação de projetos de educação física em escolas de áreas carentes, quase sempre com apelo a revelação de talentos. Entretanto, esta idéia não corrobora com a própria discussão mais atual da área. De certa forma, opor-se à compreensão de que a Educação Física Escolar compromete-se com o desenvolvimento de uma Cultura Corporal que não privilegia todas as experiências em esportes e atividades físico esportivas, ou seja, um futuro diferente do que se propunha na Educação Física Escolar nas décadas de 60, 70 e parte dos anos 80 no Brasil, quando a vivência era disciplinadora.

Naquela ocasião, condicionavam-se os alunos à participação em equipes de alto rendimento. Buscava-se vivências esportivas em prol do rendimento visando única e somente a formação de atletas, ao desenvolvimento de valores e para torná-los exemplos de cidadania para a sociedade.

Neste momento, faz-se necessário diferenciar Educação Física e Esporte - embora em momentos históricos tenham sido sinônimos. A Educação Física se utiliza dos Esportes, mas também de inúmeras outras atividades físicas (e/ou corporais) propostas para desenvolver a saúde e o bemestar físico, os aspectos psicomotores e os aspectos sociais.

Outra diferenciação essencial é a abordagem do Esporte tal como é proposto na Constituição Brasileira e em sua legislação vigente. O Esporte Educacional se realiza nas escolas, em atividades regulares de Educação Física, mas não obrigatoriamente é a única atividade ofertada desta disciplina, que tem fins pedagógicos, educacionais e compõe a grade curricular regular das escolas de Ensino Fundamental.

Já o Esporte Participação, que contempla a livre participação, ampla e autônoma no ambiente de vida, depende de incentivos do Estado e da iniciativa privada, e também da expectativa de quem o usufrui no seu tempo livre. Não se trata, portanto, de atividade balizada, mas sim da oferta de boa infraestrutura e da oportunidade para a sua execução – seja para promover o bem-estar físico e/ou a

convivência social. O Esporte Participação acontece em manifestações de atividades de físicas, esportivas ou de lazer.

Para além disso, pouco mais de vinte anos de atuação na área de Lazer nos permite refletir sobre novos desafios: o entendimento da importância social do Esporte e do Lazer para as crianças do Ensino Fundamental das escolas públicas como algo que até então não norteava a Política Pública em Educação Física no Brasil. A Educação Física oferecida nas escolas públicas brasileiras, por quase três décadas, esteve apenas centrada como uma ação ideológica, atrelada à era de um regime militar totalitário.

Portanto a Educação Física, desempenhou diferentes papéis em momentos da história brasileira, outrora doutrinadora, disciplinadora, hoje educadora, preocupada com a formação cidadã. Entre 1964 e 1986 o Brasil viveu um período totalitário, que deixou grandes marcas na Educação, observado pela antiga Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, LDB 5692/71, que condicionava esta disciplina, a Educação Física, apenas como coadjuvante do ensino seja pelo entendimento que se dava ao Esporte escolar e ao Esporte em tempo livre.

Outro importante aspecto a ser destacado, e que nos ajuda a compreender essa abordagem refere-se à Política Nacional de Educação Física e Desportos, lei número 6.251/75 da qual apresentamos um recorte a seguir:

Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A organização desportiva do País obedecerá ao disposto nesta Lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o Conselho Nacional de Desportos expedir no exercício de sua competência.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a prática dos desportos em suas diversas modalidades.

Art. 4º Observadas as disposições legais, a organização para a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, que merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos.

Da Política Nacional de Educação Física e Desportos

Art. 5º O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- I - Aprimoramento da aptidão física da população;
- II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Do Plano Nacional de Educação Física e Desportos

Art. 6º Caberá ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos.

Parágrafo único. O PNED atribuirá prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível.

Dos Recursos para os Desportos

Art. 7º O apoio financeiro da União aos desportos, orientado para os objetivos fixados na Política Nacional de Educação Física e Desportos, será realizado à conta das dotações orçamentárias destinadas a programas, projetos e atividades desportivas e de recursos provenientes:

- I - Do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- II - Do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;
- III - Do reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos;
- IV - De receitas patrimoniais;
- V - De doações e legados; e VI - De outras fontes.

(Brasil, 1975)

Presume-se que da escola, apenas serviriam os mais habilidosos, referindo-se à prática do Esporte escolar como fornecedora de talentos para o Esporte de alto rendimento:

[...] com o golpe militar de 1964, as Políticas de Esporte ganharam outra conotação. Reconhecidas como valiosas na obtenção do controle do consenso popular, os militares buscam apropriar-se das manifestações culturais, entre elas os Esportes. (...). Formula-se a ideia de pirâmide esportiva, na qual se deveriam oferecer oportunidades às massas, com o argumento de que assim surgiriam os grandes talentos esportivos de alto nível. Nesse momento, temos uma grande esportivização da Educação Física. O Esporte passa a ser o conteúdo dominante da Educação Física em detrimento das outras manifestações da cultura corporal (MELO, 2005, p. 32).

Aspectos esses muito criticados por alguns autores, que entendiam que as relações entre a educação física e o esporte são geradoras de tensões já que se constituem em dois universos simbólicos distintos, nem sempre compatíveis. Estas tensões refletem-se também no âmbito das políticas públicas. Historicamente, a educação física vai ser objeto de atenção e intervenção tanto de políticas públicas educacionais quanto esportivas (Brachat, 2002, p. 15).

Ao que se pode entender, a ampliação do acesso ao Esporte é reconhecida pelos militares como direito social. Claro que este reconhecimento se deu em função das possibilidades pedagógicas dos Esportes, bem como sua creditada possibilidade de ocupar o tempo dos jovens com uma diversão sadia. Outro aspecto que deve ser comentado refere-se a utilização da atividade física como componente da qualidade de vida e do bem-estar. Assim, a Campanha do ‘Esporte para todos’ (EPT), de 1977, conforme Da Costa (2005), “baseava-se em amplo incentivo às atividades físicas em países europeus. A versão brasileira, representada pelo EPT, tinha como incremento a prática de atividades física na promoção da saúde. (...) esqueceu-se que este tipo de programa era aplicado em países capitalistas centrais, nos quais havia um Estado de bem-estar social que não se deu nos países periféricos”. (p.77)

Não se pode negar que o movimento EPT produziu alguns resultados no Brasil, entre eles, em opinião pessoal, o início de um processo de visibilidade do Esporte e das atividades físicas. Nos anos 1980 a democratização do país ronda o mundo do Esporte. O direito ao Esporte passa a ser parte também das reivindicações populares. Com a criação de espaços públicos e Programas esportivos, entende-se que o Esporte passa a ser considerado algo inerente a uma sociedade democrática.

O tempo serviu para mostrar as diversas falhas e limitações da lei nº 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diante da realidade, era necessário adequar-se às

novas demandas da educação, das necessidades de formação de capital humano. Sendo assim, no ano de 1996, foi promulgada a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9394/96. Em seu parágrafo 3º, art. 26, a LDB, considerada a redentora da Educação Física, contempla esta como uma disciplina integrante do currículo escolar, componente da grade regular e que deve ser obrigatoriamente oferecida no ensino fundamental. Além disso, esta lei passa a considerar a prática esportiva como um direito da criança.

Entretanto, no ensino fundamental do Brasil, composto por nove anos, divididos em dois segmentos, do 1º ao 5º ano, na grande maioria das escolas públicas, não são oferecidas aulas de Educação Física regulares. Estas apenas são oferecidas a partir do 6º ano, quando grande parte dos alunos já estão com 12 anos - o que vai de encontro a todas as referências legais, pois na ausência de atividades físicas e de lazer durante a primeira fase da infância há substanciais perdas no desenvolvimento motor infantil. Corroborando com estudos realizados por Lobato (2011), que apontam: “A análise da formação esportiva constitui um enfoque muito pequeno na literatura, sendo descrita, no Brasil, como processo que se desenvolve espontaneamente, sem muitas inferências e, ou consistência”. (p.84)

Diante deste cenário, os Programas públicos de Esportes e lazer da cidade de Petrópolis tentavam entre 2000 e 2008, minimizar a carência da oferta das aulas regulares da Educação Física formal, no contra turno escolar, oferecendo atividades desenvolvidas em projetos denominados PID (Programa de Iniciação Desportiva). Apresentamos, a seguir, alguns conceitos sobre a evolução da Educação Física Escolar, elaborados por diferentes autores e que podem nos ajudar na busca de entendimento.

O desporto escolar, entendido e organizado como atividade não curricular,

deve ser orientado de forma a não reproduzir os aspectos de alienação dos valores humanos inerentes à criação do desporto e afirmar-se como atividade particularmente favorável à satisfação dos interesses e necessidades relacionais sentidos pelo indivíduo no mundo contemporâneo (Lima 1988 p.44).

Daólio (2004 p.66) ainda afirma, que: “cultura é o principal conceito para a Educação Física”, pois corroborando com o autor entendemos que na perspectiva que o movimento humano é o nosso estudo, mas o caráter social e cultural que a Educação Física deve exercer em seus alunos não pode ser deixado de lado, devemos assumir a responsabilidade que nos foi dada, transmitindo e ensinando conhecimentos que transformem a realidade social.

Já na perspectiva de Oliveira (2004 p.18) a Educação Física existe em função do homem, enquanto ser individual e social, sendo assim temos que entender o indivíduo como um todo, nas suas várias formas de se relacionar com o mundo e a Educação Física como Cultura Corporal de Movimento têm que estar atenta as individualidades.

A seguir observamos o embasamento legal, lei 9.615/98, que citada em parte, explicita as diferenças diante de fonte de financiamento e definição do papel do Estado, das características das práticas:

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes (...)

Poderíamos então considerar os Programas públicos deste município como complementares ao das escolas e aos exigidos pela legislação? Que estes funcionariam com efetividade dentro do tempo livre dos alunos? Partindo-se destes pressupostos, o programa público ora analisado deve preencher adequadamente sua função, se possuir uma visão adequada e coerente do Esporte praticado no tempo livre dos alunos das escolas públicas, uma vez que, entendendo-se o valor inserido no tempo livre destes estudantes, poderíamos assim, perceber o seu significado cultural e educativo.

Os programas públicos de esportes deveriam oferecer atividades esportivas de forma equilibrada e colaborativa para a formação de futuros cidadãos.

Atualmente, o Esporte pode ser compreendido como uma atividade plural, com dimensões morais, culturais e educativas, com um padrão de comportamento diferente, reequacionado como aponta Pires (2009): “O direito a uma prática esportiva é antes de tudo direito, e satisfação daquele que o pratica. Poderíamos então considerar um praticante, simplesmente a criança que o faz, sem sujeitar-se a padrões propostos por qualquer organismo”. (p. 23)

Em estudos do Esporte, Manoel Tubino (2003) é enfático ao afirmar que embora o entendimento do esporte esteja em consonância com o status conceitual internacional, permanece a necessidade de se definir o esporte como questão de Estado no Brasil.(...)

No segundo estudo, Elementos de superação do conceito das manifestações esportivas presentes na lei vigente que abranjam o esporte e sua totalidade, há preocupação específica do autor com a ampliação dos conceitos legais a partir de novos fatos esportivos. Daí apresentar sua percepção do esporte contemporâneo e visão do esporte brasileiro no contexto internacional. Entende que o esporte educação (voltado para a formação da cidadania) se organiza em esporte educacional e esporte escolar. O primeiro, como entende, é aquele que pode ser praticado por crianças e adolescentes dentro e fora da escola, tendo como referência os princípios da inclusão, participação, cooperação, co-educação e corresponsabilidade. Já o segundo é, para ele, o praticado por jovens com algum talento para a prática de esportes e que, embora subentendido como competitivo, não prescinde da formação para a cidadania. (Kravchychyn & Oliveira, 2012 p. 12)

Na escola poderão ser desenvolvidos os fundamentos motores necessários à prática da atividade física esportiva, tanto para a cidadania, quanto para o desenvolvimento de talentos. Esta questão analisada por Lobato (2011), o autor comenta em seu estudo que a formação esportiva que é feita na escola ainda não apresenta as condições para este fim, o que levou a concluir que no Brasil não existe política adequada para a formação esportiva.

Poderíamos então refletir pois, que uma das razões da escolha do título e da temática desenvolvida neste trabalho é buscar o entendimento da importância e da necessidade de promover a avaliação das Políticas Públicas de Esportes e Lazer na cidade de Petrópolis.

A definição do papel de cada ator neste cenário seria, minimamente, o entendimento de uma noção mais apropriada de qualidade nas ações públicas. Assim, seria preciso reequacionar a responsabilidade setorial na forma como cada um deve ocupar, não apenas o seu papel na sociedade, mas, também um papel de interação para o desenvolvimento das Políticas Públicas neste setor, que favoreçam desde os alunos a cada cidadão do município.

1.3 Entendendo a identificação com o trabalho

Percebemos que as Políticas Públicas e competências levadas a cabo pela administração pública, levantam interrogações em sua coerência teórica-prática, nos critérios de aplicação, nas Políticas nem sempre integradas de desenvolvimento dos Esportes, sejam estes em âmbitos formais ou informais. Inadequadas como Políticas de governo, controversas enquanto Políticas de Estado.

Na medida em que avançamos nas investigações, percebemos também o quanto poderia ser considerada “secreta” a forma de gestão dos recursos provenientes do erário público, tratando-se, então, de encontrarmos mais uma justificativa pertinente: a tentativa de entender melhor e aprofundar os estudos sobre os indicadores produzidos pela administração pública na área dos Programas públicos de Esporte. Já que o quadro encontrado levanta dúvidas quanto ao entendimento empregado ao Esporte, ao Lazer e a própria compreensão da Educação Física Escolar, o que põe em dúvida a própria Política Pública municipal.

Steinhilber (2008): “Concorrer para que nas Políticas Públicas os planos e programas estejam claramente identificados e os recursos públicos alocados de acordo com as reais necessidades sociais e não de projeção pessoal” (p.12).

Continua o mesmo autor apontando para que os Programas de governo sejam da compreensão de todos, transparentes, de tal forma que permitam seu acompanhamento de forma simplificada.

É nosso propósito, após o conhecimento das estruturas e ações dos Programas das Políticas Esportivas, compreender a sua eficiência e efetividade, criarmos alguns indicadores que nos levem a compreender o desenvolvimento estratégico, integrado ao desenvolvimento e as necessidades locais.

1.4 Necessidades de Enquadramento da investigação

Além das competências gerais dispostas na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9.394/1996, das diretrizes da Educação brasileira, da Constituição da República de 1988, quanto ao reconhecimento do Esporte como direito, da Carta Internacional de Educação Física (1978), a estrutura e a organização dos municípios diante das leis, buscamos um caminho que além dos dispositivos legais conduza o direito à Educação Física. Por meio das leis que garantem legalmente o acesso à prática de atividades esportivas, consolidar as leis seria uma forma de viabilizar, através de princípios, a organização Política de cada município, sendo que permitiríamos a capacidade de resposta eficaz e eficiente a todas as solicitações ou demandas sociais. Procurar responder as características regionais torna-se fundamental, na medida em que as Prefeituras correspondam, via

suas secretarias relacionadas aos esportes e lazer, aos anseios e necessidades, aos objetivos pretendidos para o desenvolvimento local e municipal.

Por outro lado, deve-se corresponder estabelecendo princípios estratégicos de atuação do município quanto às suas Políticas de governo baseadas coerentemente em Políticas de Estado, prevalecendo o princípio de planejamento integrado no âmbito do desenvolvimento e prospectiva, onde cada segmento tem sua delimitação e não apenas ao seu crescimento harmonioso, mas também o cumprimento de leis e a qualidade de vida das populações em geral.

Qualquer município deve ter como objetivo político, no âmbito do Esporte de participação ou de educação, a criação de mais e melhores condições para a prática esportiva, dentro das motivações e necessidades dos participantes, adotando práticas que incrementem o desenvolvimento das Políticas para o setor. Uma visão macroscópica do sistema esportivo formal e informal local, que interage de uma maneira dinâmica com cada região específica, no caso, cada projeto realizado de regiões diferentes dentro do município que, além de procurar criar melhores condições para o acesso às práticas, democratizando-as, deve procurar, como já mencionados, dar efetividade e eficácia às suas propostas.

Entendemos que a escola, uma instituição social com papel bem definido, que quando está disposta a sociedade, deve contribuir para além das atividades físicas, com a continuidade de uma formação corporal e desenvolvimento de políticas públicas bem estabelecidas.

Como já estabelecemos o objetivo geral deste trabalho é analisar criticamente o impacto proporcionado pelo desenvolvimento das Políticas e Programas Públicos voltados às crianças em idade escolar, promovidos pela Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Os objetivos específicos são: Oferecer indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para futuras modificações nestes projetos públicos;

Aperfeiçoar a gestão destes programas, ao analisar o contexto das Políticas Públicas dentro de preceitos técnico científicos, e assim garantir o desenvolvimento adequado das próximas ações de governos.

CAPÍTULO 2

2 Revisão Bibliográfica

2.1 O contexto da cidade de Petrópolis

Entre os anos de 2000 a 2006, a cidade de Petrópolis, situada ao sul do estado do Rio de Janeiro, com cerca de 296.044 habitantes (IBGE, 2010), vivenciou pela primeira vez uma expressiva modificação quanto ao desenvolvimento dos primeiros gestos da administração pública na direção, elaboração e implantação das Políticas municipais de Esportes e Lazer.

Com objetivo de iniciar um processo de ampliação de acesso ao Lazer, Esportes e atividades voltadas para crianças, em contra turno escolar, desenvolveram-se diversos projetos e Programas esportivos voltados ao atendimento da população menos favorecida. Assim, desenhava-se o início de uma nova época de expressivas modificações do quadro até então predominante. A inexistência de Políticas locais claras até o ano de 2001 provavelmente conduziu a um cenário que pressupõe o não reconhecimento do direito à Educação Física. Além disso, poderia haver uma possível diminuição do interesse pelas atividades educacionais de Lazer e de promoção da saúde, principalmente as proporcionadas pelas atividades escolares e de atividade física não formal.

Estas iniciativas, até então não sendo registradas, tanto nas esferas públicas como nas privadas, contrariam a Carta Internacional de Educação Física e Esporte que consagrou o direito de todos ao Esporte e a Educação Física (Unesco, 1978).

Segundo Tubino (2003), após este documento o Esporte como direito de todos, passou a ter como formas de exercício deste direito: a perspectiva educacional ligada ao Esporte Educação: a perspectiva do Lazer relacionada ao tempo livre com participação; e ainda o Esporte competitivo, que passou a ser considerado um negócio rentável e que pressupõe regulação própria - estas formas expressam valores, desenvolvimento e responsabilidades sociais-.

Admite-se então que a partir das resoluções da Unesco (1978), que celebram a Educação Física como parte integrante de um processo educacional continuado, deixando de ser considerada como um processo atrelado apenas a uma fase inicial da vida de pessoas, apontaram-se diretrizes para o desenvolvimento de ações no sentido do desenvolvimento de um cenário mais positivo. Consideraríamos as atividades físicas, compreendidas pelos Esportes e Lazer como fundamentais para um processo que seja desenvolvido durante toda a vida dos indivíduos, conseqüentemente, consagrando um estilo de vida ativa.

Com base na premissa poderíamos assumir o caráter preventivo à saúde e bem-estar social relacionado às atividades físicas de Esportes e Lazer. No contexto estudado, na cidade de Petrópolis, assimila-se a possibilidade de ampliar a base de acesso aos Programas de Esportes e Lazer.

Embora possa levantar desconfiança quanto às questões funcionais e ideológicas destes Programas, ainda assim, pressupõe-se uma potencial melhoria nos indicadores sociais da população infantil local.

Além da cidadania, inclusão, acessibilidade e educação, a até então ignorada prevenção, citada através do Lazer e Esportes poderia ser fator de grande contribuição para reduzir as desigualdades, minimizando e prevenindo injustiças sociais.

Em outra perspectiva, direcionada a formação e educação, a relação com a saúde ampliaria a base para a referência de ações de instituições, públicas ou privadas, que se viabilizem pelas mudanças nos padrões de Saúde, Lazer e Cultura das populações de jovens e crianças.

É relevante estabelecer indicadores sociais para estas contribuições, para a análise de Programas que observem fatores que interferem no desenvolvimento da promoção da saúde e qualidade de vida da população, apontados por (Nahas, 2005 p.5):

Como avaliar estes Programas, pois, além de tentar identificar a maneira mais efetiva, não apenas eficaz e eficiente, hoje estamos procurando por Programas efetivos. Com um programa bem estruturado, com recursos adequados e tempo suficiente, não resta a menor dúvida de que se vai conseguir ajudar as pessoas, seja na escola, na empresa, na comunidade, a mudar de comportamento. Mas não temos nem o tempo, nem o dinheiro e nem essas condições ideais para fazer esses Programas em geral. Assim, temos que ter Programas de baixo custo, que possam ser replicados e disseminados de uma maneira bem mais simples.

A partir destas considerações pode-se indicar a necessidade de uma adequação e apropriação das Políticas de Educação Física, Esportes e Lazer em função de uma necessidade gerada pelas tensões dos grupos sociais a que são oferecidos estes Programas públicos. Pretende-se investigar estes grupos sociais e segmentos marginais, ao que parece, evidenciando-se a necessidade de uma

proposição culturalmente adequada frente aos valores e tradições existentes nas peculiaridades regionais.

O atual cenário municipal parece ser bastante positivo, sendo que desde 2004 o desenvolvimento de ações na área dos Esportes, Lazer proporcionaram o surgimento de uma Secretaria de Esportes e Lazer Municipal com mais autonomia, substituindo a antiga coordenadoria, atrelada à Secretaria Municipal de Educação, neste momento, a atuação da nova Secretaria contou com recursos e projetos próprios. Entretanto, desde 2016 houve um retorno ao quadro anterior, em função de necessidades econômicas, ameaçando o quadro de evolução percebido com as primeiras mudanças na história da cidade. Com pouca tradição na elaboração de Políticas Públicas no setor, a cidade vivencia o momento histórico, diante do crescimento das demandas sociais.

Houve aumento quantitativo no oferecimento de Programas de Esportes e Lazer, no que se refere às atuações isoladas em escolas e clubes comunitários, atingiu-se o nível de 25 mil crianças das 175 escolas municipais próximas às comunidades, em uma população de mais de 60 mil estudantes (Prefeitura Municipal de Petrópolis, 2005).

Pela primeira vez neste município respondeu-se ao censo das instalações esportivas e núcleos comunitários, que seriam principalmente adequadas para o desenvolvimento e implantação dos projetos a serem desenvolvidos. Conforme informações do IBGE (2003), a cidade contava com quadras públicas, piscinas e diversas escolas com equipamentos esportivos, bastante debilitados, entre várias outras instalações. Alguns Programas começaram a ser desenvolvidos em 2002 e eram projetos de ampliação de ações públicas, que incluíam Esportes de iniciação com diversas modalidades.

Após o período de implantação e desenvolvimento das atividades relacionadas aos programas e projetos sociais de Esportes e lazer e seguindo informações dadas pela atual gestão, percebe-se que as mesmas versam apenas sobre a quantidade de crianças frequentadoras dos Programas de Iniciação Desportiva, em idade escolar, atendidas nos mesmos, sendo evidente a necessidade de aprofundar e avaliar os atuais quadros.

2.2 Definições do problema

A constatação de ausência de avaliações críticas dos Programas de Esportes e Lazer desenvolvidos no município de Petrópolis indica a necessidade de desenvolver estudos que ofereçam como recurso a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das Políticas, quanto às possibilidades de se constatar modificações culturais (quanto à forma de usufruir dos bens materiais,

equipamentos de lazer, instalações e entretenimentos), quanto às percepções dos envolvidos na melhoria da qualidade de vida e condições de saúde das crianças em idade escolar. Analisar o impacto que os programas públicos proporcionam na população de crianças em idade escolar do município de Petrópolis.

2.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é analisar criticamente o impacto proporcionado pelo desenvolvimento das Políticas e Programas Públicos voltados às crianças em idade escolar, promovidos pela Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Os objetivos específicos são: Oferecer indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para futuras modificações nestes projetos públicos;

Aperfeiçoar a gestão destes programas, ao analisar o contexto das Políticas Públicas dentro de preceitos técnico científicos, e assim garantir o desenvolvimento adequado das próximas ações de governos.

Através desta pesquisa, que se propôs a verificar criticamente se as políticas públicas desenvolvidas através destes projetos geraram modificações que possam constatar a positividade do investimento em Programas de Esportes e Lazer. As investigações foram conduzidas por meio de instrumentos como questionários semiestruturados e validados, além do levantamento de informações declaradas pela administração municipal.

2.4 Âmbitos do estudo e justificativa

A limitação prática do estudo se encontra ligada ao grande número de alunos que, segundo as informações da Prefeitura Municipal, participam dos Programas desenvolvidos. Eram mais de 25 mil alunos entre a 1ª e a 4ª séries do Ensino fundamental, (atuais 2º e 5º anos). Trata-se de um estudo descritivo em que uma parte do universo de estudantes foi investigada. Porém, as circunstâncias relacionadas ao tempo, recursos humanos e materiais impedem a ampliação deste projeto, por esta razão, a investigação se localizará em comunidades próximas aos centros esportivos, onde se desenvolvem tais Programas governamentais.

Como justificativa, acredita-se que este estudo possa viabilizar procedimentos inovadores de análise e desenvolvimento dos programas de Políticas municipais, viabilizando uma análise desenvolvida dentro de uma metodologia própria, fundamentada e de condições adequadas para avaliar projetos públicos e privados, que envolvam somas elevadas de recursos, trazendo efetividade na ação para futuras intervenções e proporcionando economia no uso de tais recursos, com o

aumento da confiabilidade quanto à realização de futuros Programas Sociais, solidificando também a implantação das Políticas Públicas neste setor.

A relevância deste trabalho está na ausência de estudos relacionados sobre o tema nesta cidade. Outro aspecto relevante encontra-se na busca de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade como indicadores de Políticas Públicas municipais. Investigando se, através da relação entre Esporte, Educação Física e Políticas Públicas, há êxito ou fracasso das ações do governo. Para tanto, torna-se necessário conceituarmos alguns termos para melhor compreensão do estudo proposto.

2.5 O Conceito de Esporte

Em sua origem, a palavra Esporte significa ‘regozijo’, ou diversão, e ainda hoje orienta muitas definições. Buscando algum aprofundamento na fundamentação deste estudo, torna-se necessário a compreensão de alguns conceitos e suas possíveis relações com o contexto.

Betti (2002): conceitua Esporte como uma ação social institucionalizada, composta por regras, que se desenvolve com base lúdica. Os resultados alcançados pelos praticantes são resultados das habilidades ou estratégias utilizadas por esses, e podem ser intrínsecas ou extrinsecamente gratificantes.

Já Kolyniak Filho (1998), acredita que o Esporte é uma atividade realizada em forma de jogo, no sentido de que não há certeza absoluta antecipada de seu resultado.

Feio (1978) aponta que:

O esporte e o jogo têm em comum elementos essenciais: liberdade, prazer e regras, mas esses elementos se diferenciam numa e noutra atividade: a liberdade e a gratuidade são inerentes ao jogo; no esporte, não se exclui a importância dada aos resultados, o que se faz é tão importante quanto a livre escolha que se fez, no jogo, o prazer é processado imediata e unicamente pela motivação lúdica, o esporte integra, em grande proporção, o gosto pelo esforço, o confronto com o perigo e os desafios do treinamento; as regras no jogo conferem ao indivíduo o máximo de liberdade de continuar ou não a prática, as regras do esporte se apresentam restritivas.(p38)

Contrastando com o pensamento de Huizinga (1975), que além de não identificar o jogo como Esporte, não confirma que ele é por definição um elemento essencial do Esporte, segundo o autor sugere o jogo foi um ingrediente valioso ao Esporte, tão valioso que quando o Esporte perdeu este elemento específico, separou-se da Cultura e passou a ter pouca validade para a humanidade.

O Esporte é um dos mais importantes fenômenos sócio culturais de nossa época, pode ser considerado até reserva social em momentos de crise, é uma verdadeira e poderosa ferramenta de valor humanístico (Reis 2003).

No lado genuíno e positivo, o Esporte serve de instrumento e cenário de divulgação institucional de países, de percuciente formação de imagem externa, de pacificação e conagraçamento mundial (Vasconcellos, 2008).

A partir da Constituição de 1988 (art.217), o Esporte brasileiro é concebido como atividade de direito de todo cidadão, passa a incorporar de forma plural o exercício deste direito, apoiando-se na Carta Internacional de Educação Física (Unesco, 1978).

Considera-se então o Esporte, segundo Tubino (2006), dividido em: Esporte Educação, Esporte Escolar, Esporte Lazer e Esporte Rendimento.

A projeção de qualquer campo do conhecimento em relação a suas perspectivas para o terceiro milênio tem sido um dos exercícios mais fascinantes deste final de século. No caso do esporte, para que seja entendido na sua perspectiva do século XXI, terá que ser abordado num processo sócio-cultural- histórico, no qual os aspectos gerais e específicos de suas relações com a sociedade terão que invariavelmente ser referenciados (Tubino, 2001, p.45).

O autor aponta, ainda, abordagens que permitiram formulações de várias perspectivas para o Esporte neste século que se inicia. Entre elas destacamos:

A análise do contexto atual de sociedade como um estudo de tendências, onde destacaríamos a sociedade de massas. (...) se impõe na direção dos planejamentos e Políticas, transformando as pessoas em números e ainda alterando profundamente as relações entre o Estado, a sociedade e todos os campos de atuação humana, onde, respeito, direitos e atendimento às necessidades coletivas passaram a ser prioritários (p.61)

Continuaríamos apontando que neste cenário o autor demonstra que “O Esporte moderno: da sua gênese a sua ampliação conceitual, numa perspectiva paradigmática”, aponta: “dois períodos de evolução conceitual do Esporte separado por paradigmas distintos”.

1º- paradigma - quando o Esporte era perspectivado apenas pelo rendimento.

2º- paradigma - quando o Esporte, a partir da aceitação de que a prática esportiva era um direito de todos, somou a sua perspectiva de rendimento às perspectivas da participação e formações (Tubino, 2001 p.6).

As novas conceituações de Esporte, a partir do pressuposto de direito de todos às práticas esportivas, passou a contar com as seguintes manifestações, distintas e Inter atuantes.

Tubino (2006p35):

A - Manifestação do Esporte performance, objetivando rendimento, numa estrutura formal e institucionalizada;

B - Manifestação de Esporte participação, visando o bem-estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com os movimentos de educação permanente e com saúde;

C - Manifestação Esporte educação, com objetivos claros de formação, norteado por princípios sócio - educativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer.

Neste cenário insere-se um novo conceito de Esporte em contraposição ao anterior que focalizava a manifestação esportiva como sendo registrada em âmbito competitivo institucionalizado. Poucos fenômenos sociais têm tamanha inserção na sociedade quanto os Esportes.

Em análise das definições de esporte oferecidas por Tubino (2006), que referenciam as políticas, práticas esportivas e, os estudos acadêmicos realizados no Brasil, observamos que este autor foi crucial ao estabelecimento de conceitos dentro do Esporte trazendo à tona princípios e relações do Esporte como objeto de estudo, suas diversas faces e complexidade, nem sempre percebidas, mas ao adotarmos os conceitos deste autor, como referência fundamental ao estudo proposto, cabe observar que existem diferenças conceituais entre o Brasil e Portugal.

Neste país, o conceito é mais abrangente, considerando todas as manifestações, diversas faces do Desporto, que observa-se ter semelhante grandeza em sua manifestação Humana, são observações relativas ao fenômeno Esporte ou Desporto, sua atualidade e crise. Esse fenômeno é abordado por Pires (2009):

A crise do desporto moderno parece-nos ser um dos indicadores mais significativos que nos aconselham a reequacionar os modelos tradicionais de organização desportiva. Tanto o “desporto profissional” como o “desporto educação” estão em profunda crise. Esta crise surge também da desagregação do modelo corporativo do desporto tradicional, que já não responde às dinâmicas da sociedade da nova economia naquilo que esta tem a ver com a indústria do entretenimento associada às novas tecnologias de informação e comunicação e ao desporto.(...) Actualmente, a projecção do desporto na sociedade, obriga a outras estratégias, atitudes e procedimentos, no que concerne ao seu próprio desenvolvimento. Por isso, em matéria de desporto, já não chega só “fazer”, é necessário saber “porquê?” para depois se decidir “como” se vai realizar e “qual” a melhor maneira possível de o conseguir, sob pena de, se tudo for deixado ao acaso, o desporto poder vir a transformar-se num mero espectáculo circense gerido por pessoas sem ideias e sem projectos para além dos seus interesses pessoais, e alimentado, em muitas circunstâncias, por massas alienadas pela violência da competição ou por regionalismos exacerbados, que atrairão invariavelmente para as suas causas, políticos e empresários que vão, da pior maneira, aproveitar-se do desporto. Quer isto dizer que, não é qualquer prática que interessa quando se trata de teorizar a Gestão do Desporto. A prática tem de ser susceptível de teorização e isto só é possível se for reflexiva e crítica, porque senão não passa duma mera repetição. (p.9)

Ainda assim, observa-se a definição que, sem pretensão de concluir, aproxima-nos de um ponto de interpretação ainda maior.

O Esporte é um fenômeno humano e, por consequência, as tramas que são desencadeadas no universo das relações sociais são caracterizadas em um contexto político vinculado irrefutavelmente ao curso da história (Vargas, 2001).

Entende-se que os papéis desempenhados pelos atores poderiam ser caracterizados pela emancipação e autonomia ou pelas relações de dependência e submissão. Portanto, consideraríamos o Esporte como um modo de entender a realidade. Pode também o Esporte, como um fenômeno de largo alcance, adquirir uma forma de reprodução do *'status quo'* vigente, assumindo formas de liberalização ou de imposição autoritária.

Ao encaminharmos as definições de esporte e suas especificidades, neste caso, o Esporte Escolar, pretende-se apontar a sua relevância social, a importância das Políticas Públicas de governos e gestão coerente das Políticas Públicas de Estado.

Debater sobre a trajetória das Políticas Públicas de Esportes e Lazer no Brasil demonstra uma constante relação entre Estado e Esporte, e também, a participação de alguns organismos importantes na sociedade civil que interferem nas políticas, direcionando as ações dos programas de governo e nem sempre proporcionando a justa realização de programas que contemplem os diversos seguimentos sociais. A dependência do Estado para o desenvolvimento de ações de governos municipais cria um mecanismo que nem sempre se traduz em êxito.

2.6 Algumas referências aos estudos dos papéis do Município e do Estado nas Políticas Públicas do Brasil

Política é denominada arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; aplicação desta arte aos negócios internos da nação [Política interna] ou aos negócios externos [Política externa] (Houaiss et al., 2002).

Nos regimes democráticos, a ciência política é a atividade dos cidadãos que se ocupam dos assuntos públicos com seu voto ou com sua militância.

A palavra tem origem nos tempos em que os gregos estavam organizados em cidades estado chamadas "polis", nome do qual se derivaram palavras como "politiké" (Política em geral) e "politikós" (dos cidadãos, pertencente aos cidadãos), que estenderam-se ao latim "politicus" e chegaram às línguas europeias modernas através do francês "politique" que, em 1265 já era definida nesse idioma como "ciência do governo dos Estados" (Bobbio et al. 2000, p.56).

O termo Política é derivado do grego antigo *πολιτεία* (*politeia*), que indicava todos os procedimentos relativos à polis, ou cidade-estado.

Por extensão, poderia significar tanto cidade-estado quanto sociedade, comunidade, coletividade e outras definições referentes à vida urbana.

No sentido comum, vago e às vezes um tanto impreciso, Política, como substantivo ou adjetivo, compreende arte de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido político, pela influência da opinião pública, pela aliciação de eleitores; (Houaiss et al., 2002).

Na conceituação erudita, Política, Segundo Bobbio et al. (2000): "consiste nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem". (p.64)

Segundo Hobbes (1999): "o conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados",

Para Russel (2016) "a arte de conquistar, manter e exercer o poder, o *governo*", que é a noção dada por Nicolau Maquiavel,

Política pode ser ainda, a orientação ou a atitude de um governo em relação a certos assuntos e problemas de interesse público: Política financeira, Política educacional, Política Social.

Em seus primórdios, as Políticas Públicas eram consideradas quase exclusivamente *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Dessa forma, antes que a análise de Políticas Públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência Política, os estudos recaíam nos processos de formação de Políticas Públicas, 'o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área' (Faria, 2003, p.25).

Segundo Trevisan e Bellen (2008, p.530):

[...] no final do século XX, com o aprofundamento da crise do *welfare state*, com as convulsões econômicas, sociais e Políticas enfrentadas, principalmente a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social. Aceitando-se que a compreensão do sucesso e do fracasso das Políticas Públicas é fundamental para o melhor desempenho da administração pública, passa-se a algumas considerações sobre o Estado em Ação.

Carvalho (2002 p.4) concebe Políticas Públicas como:

Linha de ação coletiva que concretiza direito social declarado e garantido em lei. É mediante as Políticas Públicas que são distribuídas ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

Nos Estados Unidos, segundo Frey (2000), pesquisas em Políticas Públicas começaram a se estabelecer no início dos anos 1950, sob a designação de *policy science*, enquanto que na Europa, especificamente na Alemanha, a preocupação com campos específicos de Políticas somente toma força a partir do início dos anos 1970. Nesse período, a unidade de análise torna-se a própria definição das Políticas Públicas, o que conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do *policy process* e aos distintos atores, estatais e não estatais, geralmente envolvidos. No caso do Brasil, os estudos em Políticas Públicas são bem recentes.

Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu sobre a análise das estruturas e instituições ou sobre a caracterização dos processos de negociação das Políticas setoriais específicas. (Frey, 2000).

Complementando esta explanação, temos Bruno-Faria (2003):

Há atualmente uma babel de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar significação à diversificação dos processos de formação e gestão das Políticas Públicas, considerando um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência assimétrica, incerteza e complexidade das questões. (p.10).

Assim, para que se possa entender melhor a análise das Políticas, Frey (2000), apresenta algumas categorias que têm conseguido relevância na literatura, com ênfase em *policy cycle* (ciclo político). Este mesmo autor demonstra que o agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, que correspondem a uma sequência de elementos do processo. Comum a todas as propostas de divisões do ciclo político são as fases de formulação, implementação e do controle dos impactos das Políticas.

Destacaremos a última fase deste ciclo político, a avaliação de Políticas e da correção de ação (evaluation), na qual se apreciam os Programas já implementados no que diz respeito aos seus impactos efetivos. Investigam-se os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder extrair consequências para ações e Programas futuros. Nessa etapa, caso os objetivos do Programa tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso ou chegar ao fim, senão à iniciação de um novo ciclo, isto é, a uma nova fase de percepção e definição de problemas. Com isso, a fase de avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública. (Frey, 2000).

Para uma concepção apresentada de modelo de ciclo político (*policy cycle*), um processo de resolução de problemas tem necessariamente uma sequência de fases. Observamos que na prática, os atores políticos-administrativos dificilmente se fixam a esse contínuo, principalmente em programas políticos mais complexos, se estes forem baseados em processos interativos, cuja

dinâmica é movida por reações mútuas dos atores envolvidos. Desta forma, o *policy cycle*, pode vir a ser utilizado como um quadro de referências para análise processual.

Mello (1999 p.23):

A análise de Políticas Públicas experimentou um boom na década de 1980, impulsionada pela transição democrática. São três os motivos da expansão. Em primeiro lugar, pelo deslocamento na agenda pública. Durante os anos 1970, a agenda pública se estruturou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde a discussão limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. Eram centrais para essa agenda as questões de arranjo institucional: descentralização, participação, transparência e redefinição do mix público privado nas Políticas. A essa transformação da agenda segue-se uma redescoberta na agenda de pesquisas das Políticas municipais e descentralização.

Em segundo lugar, não obstante ao fim do período autoritário, constatou-se que os obstáculos à consecução de Políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que serviu para fortalecer os estudos sobre Política. A perplexidade e o desencantamento em relação ao Estado levaram a um maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública.

Em terceiro lugar, a difusão internacional da ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980/90, o que provocou uma proliferação de estudos de Políticas Públicas. As questões de arranjo institucional ganharam grande centralidade na agenda (...) ao tornar-se o modo e a qualidade da intervenção pública na economia e na sociedade como objeto de estudo, cria-se por extensão um programa de pesquisa de caráter empírico sobre questões relativas à eficiência de Políticas e Programas. Por outro lado, se antes o encantamento da imaginação social brasileira era o Estado, nos anos 1990, esse apego passa a ser direcionado, paulatinamente, para a sociedade civil.

A área de Políticas Públicas no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação de conhecimento, com acumulação horizontal de estudos de caso e ausência de pesquisa. Ao que parece, esse seria o primeiro problema a ser superado pela área estudada (Arretche, 2003; Souza, 2003; Mello, 1999). A Política Pública não se furta ao imperativo da utilidade social, ou seja, mesmo quando adota uma postura crítica, ela o faz apostando na possibilidade de cursos de ação alternativos. Portanto, há poucas dúvidas quanto ao objeto de análise de Políticas Públicas. A análise do “Estado em ação” tem como objetivo específico o estudo de Programas governamentais, suas condições de emergência, mecanismos de operação e prováveis impactos sobre a ordem social e econômica. (Arretche, 2003; Reis, 2003).

A amplitude dos estudos em Políticas Públicas apontam para uma grande ocorrência de estudos setoriais, objetos empíricos e por consequência, grande expansão horizontal e ausência de fortalecimento vertical, poderíamos nos apoiar em Souza (2003), para demonstrar que isso acontece em virtude desta área de estudo envolver, no mínimo, análises sobre a identificação do problema que se transformará ou não em ‘uma Política’ (agenda setting), a formulação, a legitimação, gestão, implementação e avaliação da Política. Seria então a multidisciplinaridade a essência desta área.

Outro fator de intervenção, seria a proximidade desta área (Políticas Públicas) da burocracia governamental, o que pode resultar em desenvolvimento de estudos e trabalhos normativos ou prescritivos, com grande possibilidade desses órgãos de governo ditarem aspectos fundamentais da agenda de pesquisa. Arretche (2003), aponta que o programa de pesquisas brasileiro apresenta-se fortemente subordinado à agenda Política do país.

Ao examinarmos em nossa revisão de literatura as indicações destes autores, observa-se a submissão das avaliações dos resultados das Políticas aplicadas ou a atualização das informações sobre os Programas já aplicados, então, de fato, a subordinação da agenda dos estudos à agenda Política é consideravelmente grande nas Políticas Públicas.

Para Carvalho (2002):

Ao se considerar que o sistema das Políticas Públicas é um processo em fluxo, por associação uma dada Política pública não poderia estruturar-se como consequência linear em fase. A abordagem que melhor expressa o quadro real das Políticas Públicas é a que considera um processo contínuo de decisões que, se de um lado pode contribuir para ajustar e melhor adequar as ações ao seu objeto, de outro pode alterar substancialmente uma Política Pública. (p.45)

Pode-se demonstrar que até o ano da realização destes estudos inexistia um plano estatal eficiente para o Esporte no Brasil, embora já tenham sido desenvolvidos diversos documentos, que não conseguiram reunir os diversos atores em torno de um modelo profissional de gestão, sendo geralmente obstruído pelo próprio interesse diversificado dentro do setor (Da Costa, 2005).

O envolvimento do Estado para o desenvolvimento do esporte se configura em rico objetivo de análise de Políticas Públicas, podendo ser abordado de variadas perspectivas: uso ideológico de apoio ao sistema político, propaganda governamental, avaliação da atuação institucional, regulamentação do mercado esportivo, *accountability* (responsabilidade) sobre recursos públicos aplicados nos três níveis governamentais e para os destinados a confederações, federações e ligas

esportivas, e também pela ótica da transparência dos modelos e das práticas de gestão destas entidades (Bueno, 2008).

Observa ainda o autor, que parte da literatura esportiva ressalta o envolvimento do Estado com investimentos no esporte de alto rendimento, o que torna excludentes as demais categorias profissionais, o esporte educacional, o esporte participativo. Além da centralização em esportes únicos, tais como o futebol.

Outra parte da literatura trata o esporte como atividade integrativa, lúdica de Lazer e como atividade educacional, assim desta forma, o esporte é abordado sociologicamente, na forma de exclusão e inclusão, expansão da cidadania, além de aspectos lúdicos, motivação e ansiedade nas práticas esportivas. O esporte também atrai a estudos antropológicos sob o olhar de investigação do risco estruturado (Frey & Eitezen, 1991).

Estas atribuições orientam de certa forma, todas as esferas da gestão pública, atribuindo-se papéis específicos a cada uma. Os municípios teriam um papel de suma importância, promovendo práticas esportivas comunitárias, com responsabilidade direta nas escolas municipais e em Programas de contato direto com comunidades. Podemos então, apoiar o estudo proposto, na constatação de que o esporte educacional é voltado majoritariamente a crianças e adolescentes nas escolas de 1º e 2º grau, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, com a finalidade de desenvolvê-las física, moral e mentalmente. Ele está diretamente relacionado à aplicação da educação física como instrumento científico de orientação, controle e desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos. Contudo, outras atividades físicas como danças e jogos estão também sendo utilizadas dentro do conceito de esporte educacional.

A vertente adulta do esporte educacional aparece nas universidades, as quais, apesar das dificuldades em sua implementação, passaram recentemente por reestruturação e reativação. Nesta categoria, o esporte é praticado dentro de escolas e percebido como instrumento educativo, operacionalizado pela Educação Física. (Bueno, 2008 p.22).

Percebe-se que o Esporte brasileiro deve ser uma questão de Estado, mas sempre foi deixado à margem pela História do Brasil, principalmente quando deveria voltar-se à organização e estruturação municipal pautada na geografia local.

O momento é oportuno, pois diante das tensões exercidas pelos setores da sociedade, justifica-se a necessidade de aprimoramento e compreensão dos papéis das instituições, somando-se a necessidade de aferição do desempenho dos Programas.

Segundo Marinho e Façanha (2001):

A discussão de problemas de avaliação em Programas sociais, deve-se ao fato de que os Programas sociais podem ser reconhecidos como organizações complexas, ante os seus objetivos múltiplos, a descentralização administrativa e de execução e os problemas de coordenação que se encontram aí envolvidos. (p.55)

Algumas questões são fundamentais para melhor compreendermos este estudo:

Os Programas desenvolvidos podem modificar eficazmente estas condições de vida das crianças e até que ponto estas modificações podem ser constatadas como benéficas à população, trazendo por consequência a economia de recursos do sistema público a longo prazo?

Utilizando conceitos de eficiência e eficácia de Tubino (1977), temos a eficiência considerada como: critérios de desempenho interno de uma organização medido através da produtividade da mesma, isto é, em termos de alcance de objetivos, recursos e tempo de execução.

Com este entendimento poderíamos partir para uma análise mais detalhada das circunstâncias, acrescentando o conceito de eficácia: critério de desempenho externo de uma organização indicado através da relação entre a maior produtividade da organização e fatores de ordem externa que condiciona o alcance de objetivos, indicado também pela interação entre a organização e o meio ambiente. (p. 6).

Aos conceitos de eficiência e de eficácia, acrescenta-se o de efetividade, que pode ser explicado pelo prolongamento de tempo proporcionado pela eficácia. Já para (Tavares, 2006, p.12):

Eficácia é a realização dos objetivos previstos, fundamental que essa tenha relevância social. Por essa perspectiva, a EF tem deixado abertos os espaços para as críticas aos seus projetos. Alguns superestimam os seus objetivos, assumindo o discurso patológico e moralizador, dizendo que irão tirar ou salvar crianças e jovens da marginalidade, das drogas, da prostituição etc. Adotando esse discurso, alguns não passam de “escolinhas” (idem, ibidem) caça-talentos esportivos que acabam afirmando uma visão instrumentalista da EF, do esporte e do lazer. Um projeto social eficaz deveria ter a capacidade de efetivar as idealizações, de descartar concepções equivocadas e de reconduzir os esforços para alcançar as transformações sociais necessárias

(...) Eficiência “é o alcance dos resultados previstos utilizando um mínimo de recursos”.

(...) Efetividade é o pleno êxito de um projeto social. “É o resultado concreto do projeto e dimensiona a sustentabilidade das ações por ele implementadas

Nas últimas décadas, no Brasil, houve aumento expressivo de programas sociais, diante do quadro social apresentado, entende-se que em muitos casos, a tradução das intenções políticas estejam presentes nestes

programas e projetos. Nem sempre planejados para resolver os problemas efetivamente, estes programas carecem de estudos que traduzam as reais necessidades de cada setor da sociedade.

(...) essa instrumentalização da EF, do esporte e do lazer tem conduzido muitos projetos dotados de boas intenções a não se efetivarem como elementos de mudança da realidade local das comunidades ou de transformação social mais ampla. Acrescenta, a isso, a existência de uma carência técnica na área da EF para a aferição dos resultados dos seus programas sociais. Em virtude do desconhecimento de alguns conceitos elementares de planejamento e de avaliação, na maioria dos casos, observa que o desperdício de recursos (...) leva-nos a perceber que a despreocupação das políticas públicas para a EF, o esporte e o lazer, a visão deturpada da sociedade sobre esses três elementos, a falta de compromisso de alguns setores da sociedade com os verdadeiros problemas sociais e o despreparo dos profissionais de nossa área sobre a gestão social contribuem para diminuir as possibilidades de realização e efetivação de projetos emancipatórios.(...) a necessidade de termos cuidado com a incorporação desses conceitos de gestão aos projetos sociais. É preciso evitar a abordagem mercantilista dos problemas sociais, adotada por alguns autores e organizações estatais, não-estatais e empresariais, cujos objetivos são direcionados para a promoção de empresas e produtos. Reconhecem que, nesse campo da gestão social, ainda não foram encontrados nem definidos instrumentos e teorias tão consolidadas quanto às do setor empresarial. Não corroboram com a aplicação e a incorporação sistemática e incondicional das teorias e dos instrumentos da gestão empresarial aos projetos da área social, esportiva e educacional, mas admitem a complexidade e as particularidades no desenvolvimento desse processo, bem como a dificuldade de medir e avaliar a sua abrangência.(Tavares, 2006 p.12).

Contribuindo para o exposto, destaca-se a visão de Correia (2008):

Acreditamos na seguinte hipótese: para que os projetos sociais em Educação Física, esporte e lazer obtenham êxito e cumpram seu papel transformador nas comunidades “vulneráveis”, será necessário que eles sejam desenvolvidos e administrados com a mesma seriedade e eficiência de uma empresa, entretanto com comprometimento e responsabilidade social muito maior.(...) nenhuma ação social terá êxito sem um grande esforço de organização e operacionalização, sendo fundamental diferenciar plano, programa e projeto.(p.7)

(Tavares, 2006, p.16) evidenciou a necessidade dos projetos na área da EF, esporte e lazer apreenderem conceitos de gestão para um melhor aproveitamento do seu potencial de mediação social.

A apresentação dos conceitos adiante objetiva inserir noções preliminares, mas necessárias à elaboração de projetos sociais em qualquer área. Esperamos vê-los associados ao pensamento emancipatório para gerar projetos efetivamente transformadores.

O Plano tem caráter mais abrangente, expressa delineamentos políticos e prioridades globais tais como: prioridade para concessão e direcionamento de recursos; estabelecimento de metas e proposição de objetivos. Um plano abrange programas e projetos. Seria uma condição ideal se tivéssemos as metas de desenvolvimento para o setor social claramente traçadas pelas administrações nacionais, estaduais ou municipais.

Programa compõe um “conjunto organizado, coerente e integrado de atividades, serviços ou processos expressados em um conjunto de projetos relacionados ou coordenados entre si que são de similar natureza(...)”. Um programa pode ser constituído por vários projetos; e poderia (ou deveria) ser assumido por universidades, empresas e outras instituições que tenham como compromisso e meta o desenvolvimento e a emancipação social. A diferença entre plano e programa é a magnitude e a amplitude dos objetivos. (p.17)

Projeto é um conjunto de atividades concretas, coordenadas e inter-relacionadas, porém, com orientações mais específicas e objetivas para a solução dos problemas. Vários projetos deveriam constituir um programa necessariamente articulados entre si. A EF poderia desempenhar seu potencial mediador, facilitando a integração entre governo, universidade (ou outra instituição) e comunidade. As principais características de um projeto são: duração determinada; a utilização de recursos técnicos, financeiros e materiais; e alcançar os resultados previstos em sua concepção.

2.7 As Políticas Públicas na Europa

Demonstra-se sinteticamente o que ocorre na Europa, onde há uma tradição de estudos e aplicação que poderão ser úteis se comparadas ao cenário brasileiro.

As Políticas Públicas desenvolvidas na Europa nestes últimos cinquenta anos, conforme a Carta Europeia de Desporto (1992), evocam o desporto como eficientes fatores de desenvolvimento humano, formuladas através do conselho da Europa, registram como seu objetivo alcançar uma nova unidade entre seus membros com o propósito de salvaguardar e concretizar os princípios e ideais que são herança comum e de facilitar o progresso econômico social.

Tomando-se em consideração a convenção europeia para a proteção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais e especialmente o direito de reunião pacífica e de livre associação com os outros, e usufruto de direitos, sem discriminação de qualquer tipo tal como sexo, raça, cor,

idioma, religião, opinião política, origem social ou nacional, associação com uma minoria nacional, propriedade, nascimento ou estatuto. (Pioversan 2013, p.13)

Este documento forneceu uma base essencial para Políticas governamentais no domínio do Esporte, facilitando que indivíduos exercessem seus direitos, entre eles o direito à participação no desporto. Pode-se verificar certo progresso em relação ao entendimento das relações entre o desporto e a televisão, a recreação física, conservação da natureza, poupança energética, desporto (esporte) para todos e para portadores de necessidades especiais.

Este documento como referência, considera que o Esporte é uma atividade social e cultural, baseado na escolha voluntária, que ancora as relações entre países e cidadãos europeus, reforçando os laços entre os povos e desenvolvendo a consciência de uma identidade cultural Europeia.

Demonstrando o potencial do desporto para o desenvolvimento pessoal e social, através de atividades criativas, intenções recreativas e a contínua procura para melhorar o desempenho físico desportivo. (Houliham e White, 2006)

A inspiração com esta nova Carta ocorre em virtude das próprias mudanças ocorridas neste continente, evidenciadas pela necessidade de integração com conceitos europeus no meio ambiente e atividades desportivas, com a necessidade de interagir ambiente e desenvolvimento sustentável ao desporto. Evidenciam-se neste documento a necessidade de uma cooperação recíproca com o movimento desportivo para promover os valores e benefícios destas atividades.

Percebe-se que na Europa, o Esporte pode ser considerado um instrumento de Educação não formal para o diálogo multicultural entre jovens, no tocante à promoção dos fluxos migratórios e diferenças que provoquem tensões entre setores da sociedade. Neste sentido, as Políticas voltadas ao desenvolvimento do setor tendem a promover a aproximação multicultural das minorias.

Ressalta-se a contribuição do Esporte como instrumento de Educação não formal, para o diálogo nos diversos países. (Houliham e White, 2006, p.11):

Existem na Europa diversos tipos de Políticas ideais que assumem posição relacionada às Políticas de Esporte, para a diversidade étnica da população, que se reconhecem no posicionamento de três fases que reforçam a diversidade e o pluralismo:

- a) Interculturalismo, promovendo e enfatizando igualdade entre cada cultura;
- b) Desenvolvimento separado, mas resguardando diversos grupos Étnicos;
- c) Promoção do pluralismo, diversidade e voluntariado, ligado ao setor de atividades públicas. Existem ainda mais duas posições que incorporam Políticas de assimilação e grupos da cultura nacional e políticas não intervenientes onde populações são resguardadas.

2.8 A herança das Políticas Públicas no Brasil

Dividimos este tópico em três partes. A primeira discutirá a herança das Políticas Públicas no Brasil, a segunda a relação com a economia mundial e suas repercussões nas Políticas nacionais, e a terceira as ameaças e oportunidades para o cenário brasileiro. Podemos considerar como herança o período que vai dos anos 30 até os dias atuais, quando o Brasil passa por uma significativa transformação. Nos anos 20, os países estavam voltados para a economia rural e agrícola, seguindo até os anos 30. Progressivamente o cenário foi se alterando, e o país agrícola urbanizando-se em cinquenta anos fez o que países fazem em séculos, apresentando uma grande mudança de perfil.

Para entender o cenário atual, o que caracterizava o Estado brasileiro no período entre os anos 30 e os anos 80, era o caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Definitivamente não era um Estado de Bem-Estar Social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. O essencial das Políticas Públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização.

Em suma, o que caracteriza o Estado brasileiro, neste período é a centralização, a pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico voltado às necessidades de demandas das economias de países desenvolvidos, e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade. Assim, o Estado assume uma postura de fazedor e não de regulador (Bacelar, 2000). Então, sem a tradição de regulador, mas sim a de fazedor, protetor, não se assume a função de negociador dos espaços públicos, do diálogo entre governo e sociedade civil.

2.9 Para a avaliação das Políticas Públicas

Avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir um valor (Ferreira, 1999). Coincidentes em várias outras línguas como o Inglês e o Espanhol com a atribuição de valor (Mokate, 2002; Garcia, 2001). Ala-Harja e Helgason (2000) advertem de início que, “não existe consenso quanto ao que seja avaliação de Políticas Públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias”. Esse fato se explica justamente porque a área de Políticas Públicas é perpassada por uma variedade de disciplinas, instituições e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas e continuam a definir a avaliação como “o termo compreende a avaliação dos resultados

de um programa em relação aos objetivos propostos” (Ibid, 2000). Segundo Silva e Costa (2002) “as Políticas Públicas tornam-se Programas quando, por ação de uma autoridade, as condições iniciais para sua implementação se concretizam”.

Garcia (2001) define avaliação como:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida em obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos. (p.23)

O propósito da avaliação seria o de determinar a pertinência e o alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as Políticas Públicas (Ala-Harja & Helgason, 2000).

O uso da avaliação deve ser orientado para a ação, portanto a prioridade seria a de fornecer informação, entretanto diversas definições falham em definir explicitamente o conceito de valor e o de mérito, por fixarem-se exclusivamente no cumprimento e análise de um plano com seus objetivos, supondo que não só este plano, mas também seus objetivos detêm valor e reconhecimento em si próprios. (Thoening, 2000; Mokate, 2002).

As informações contidas em uma estrutura de avaliação seriam de grande utilidade, mas observamos que estas são pouco utilizadas, no caso do setor público, observamos que nenhuma iniciativa é geralmente lançada a fim de observar as reformas condizentes, ao contrário, segundo Thoening (2000):

Pode-se encontrar um certo ceticismo para com a avaliação, particularmente, entre praticantes bem informados e experientes em reforma da gestão pública, alguns até mesmo expressam uma resistência à avaliação que parece predominar no seu próprio governo. (p.11)

Já Tavares (2006):Deixamos a avaliação por último não porque encerra o projeto, mas para afirmar que: ela ocorre como um processo integrado e contínuo na vida do projeto, esta, sim sempre apresenta efeitos; incorporada como um valor pelas pessoas, resulta em aprendizagem” (...). Em um projeto social, a avaliação deve conduzir à reflexão e sempre buscar a precisão ao estabelecer critérios e medidas. (...), procuramos sintetizar os

“7 passos da avaliação (...), fundamentais para avaliar os projetos sociais. (p.17)

O autor ainda sugere:

- 1º Decidir o foco da avaliação: Pensar e decidir o que avaliar.
- 2º Formar a equipe: Escolher pessoas para registrar e divulgar o processo.
- 3º Identificar os interessados, as perguntas e os indicadores: Identificar as pessoas que possam fornecer as perguntas necessárias para a avaliação;
- 4º Levantamento das informações: Identificar fontes, escolher métodos e construir instrumentos.
- 5º Análise dos fatos e das informações: Sistematizar e analisar as informações coletadas;
- 6º Elaborar e divulgar um relatório: Relatar e divulgar as conclusões e sugestões.
- 7º Utilizar e disseminar: Utilizar os relatórios para discussão e aplicações

(...) A avaliação de projetos sociais remete ao conceito de avaliação de impacto, que verifica a dimensão da ação social provocada por um projeto, após seu término ou conclusão. A partir da década de 1950, para apoiarem os projetos, as agências de desenvolvimento social passaram a considerar nas avaliações o impacto das consequências ambientais, sociais e econômicas que eles iriam provocar no contexto em que seriam realizados (...); ou para avaliar os seus efeitos sobre o bem-estar da comunidade em que estão inseridos (...). Sintetizando, “a avaliação de impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas positivas ou negativas planejadas ou não nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”. (p.17)

Percebemos que as avaliações foram de fato um grande problema para os integrantes dos projetos e também, para os gestores e executores, que temiam que as informações fossem utilizadas por membros de diversas áreas, como a imprensa e setores do governo, para deflagrar críticas, assim como no caso de resultados positivos estas serviriam para campanhas de marketing político e institucional.

Após muitos anos de dedicação a observação e investigação de Programas de Governo e suas Políticas Públicas encontramos em Bueno (2008):

1ª. Considerar um espaço de tempo de uma década ou mais. Uma razoável estrutura teórica sobre políticas públicas deve abordar o espaço de uma década ou mais, pois, as análises de curto tempo subestimam a influência da produção de pesquisa aplicada e o papel do debate técnico sobre críticos aspectos de políticas públicas, a informação técnica altera, no tempo, a percepção e os conceitos dos policy makers (fazedores de política pública) através da *enlightenment* function (função esclarecedora). Portanto,

o efeito cumulativo de estudos e conhecimentos tem grande influência no redirecionamento das políticas públicas. (...).

(...)4ª. As políticas públicas são conceituadas como sistemas de crenças (*belief systems*). Políticas públicas incorporam teorias sobre como atingir determinados objetivos, portanto envolvem valores, prioridades, relações causais e percepções da magnitude dos problemas e da eficácia dos instrumentos de intervenção. A possibilidade de relacionar crenças e políticas públicas oferece melhor condição de análise da influência de vários atores no tempo. (p.56)

Um projeto social deveria ter princípios e cuidados maiores do que em qualquer outra administração.

CAPITULO 3

3 METODOLOGIA

3.1 Caminhos para A Análise do impacto

No âmbito do estudo do Esporte e do lazer de crianças em idade escolar, a investigação realizada no que concretamente diz respeito ao objeto deste estudo, que é o de analisar o impacto proporcionado pelo desenvolvimento de Programas voltados a crianças de uma cidade brasileira, tenta oferecer uma análise do quadro observado na cidade estudada desde 2002, quando partimos para as observações de campo, relatando cada detalhe possível para consubstanciar nosso estudo piloto, e desenvolvermos o estudo principal (Farjalla, 2007).

Com este estudo, visamos analisar indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para possíveis intervenções nestes projetos realizados nas escolas de jovens e crianças das escolas públicas. A pesquisa se propõe a verificar se estes projetos geraram modificações que possam constatar a positividade do investimento em Programas de Esportes e Lazer. Compreende a análise de responsabilidades e a interação entre as escolas da rede municipal, a Secretaria de Educação e a Coordenadoria de Esportes e Lazer de Petrópolis.

O enquadramento da investigação justifica-se pela necessidade de desenvolver um setor frágil e pouco dinâmico, parece contribuir para a situação de debilidade das práticas ligadas à Educação Física, criando-se assim um projeto para solucionar, de forma política e assistencial, a ausência de Políticas estruturadas no setor dos Esportes Escolares (formais) e Lazer (Informais) da cidade estudada.

O estudo foi desenvolvido em 38 do total de 70 instituições de ensino do município de Petrópolis. Participaram da pesquisa as escolas da região central da cidade e que participaram do Programa de Incentivo ao Desporto (PID).

A constatação de ausência de avaliações dos Programas públicos de Esportes e Lazer desenvolvidos no município de Petrópolis – Rio de Janeiro indica claramente a necessidade da aplicação de metodologias que ofereçam como recurso a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das Políticas, quanto às possibilidades de verificação de modificações culturais (quanto

à forma de usufruir dos bens materiais, equipamentos de lazer, instalações e entretenimentos), quanto às percepções de envolvidos e responsáveis na melhoria da qualidade de vida, desempenho escolar, condições de saúde e redução do risco social.

A pesquisa qualitativa ressaltará aspectos relevantes sobre o projeto, este estudo os abordará, tais como o uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos, na tentativa de compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (Denzin e colaboradores, 2006).

É uma tentativa de entender os compromissos morais e políticos dentro deste estudo, das experiências com o real, da realidade mutável e instável, do vivido. Sem ao mesmo tempo abrir mão de uma abordagem positivista.

3.2 Amostra

Para o conhecimento do universo de estudo e localização, utilizamos os endereços que constavam no cadastro da Secretaria de Educação deste município, além de informações da Coordenadoria de Esportes e Lazer.

A partir de uma amostra de setenta escolas encontradas na rede municipal, delimitou-se este estudo em trinta e oito destas - (um total de 54,2%) da população de estudo. Estas receberam um termo de informação, participação e consentimento. Todas as trinta e oito escolas estudadas responderam ao chamado posterior. Sendo o número de alunos integrantes do projeto que constituem a amostra de sete mil oitocentos e cinco crianças (31,2%) da população de 25 mil alunos - segundo a Prefeitura Municipal de Petrópolis (2005).

Foi realizada uma entrevista com cada diretor ou diretora responsável pela instituição e em cada projeto instalado, seja dentro do ambiente escolar, seja nas quadras esportivas das proximidades, houve a preocupação de esclarecimento dos objetivos propostos por esta investigação.

As identidades foram mantidas em sigilo.

Em cada escola em que o Programa de Iniciação Desportiva funcionasse, submetemos entre dois a quatro professores das escolas participantes ao instrumento, não sendo estes diretamente professores de Educação Física relacionada ao Programa, mas sim relacionados às turmas que frequentavam o projeto, somando um total de cento e nove professores nas trinta e oito escolas investigadas. Assim sendo, verificamos que as turmas contavam com tamanhos diferenciados: entre trinta e oito a quatrocentos e dez alunos. A média por turma de alunos do projeto foi de $(205,39 \pm 116,08)$.

Quadro 1 : perfil quantitativo relativo a cada núcleo do projeto instalado

Núcleo	Alunos	Professores	Nº de Atividades
1	60	3	2
2	45	4	2
3	66	3	2
4	38	2	3
5	146	3	3
6	70	2	2
7	306	4	3
8	47	2	2
9	293	3	3
10	276	2	2
11	280	3	3
12	150	2	3
13	410	4	3
14	128	3	3
15	400	4	4
16	234	3	3
17	243	4	4
18	155	2	3
19	385	4	3
20	177	2	2
21	173	2	2
22	149	2	2
23	392	3	3
24	149	2	3
25	392	3	3
26	149	2	2
27	340	3	3
28	321	4	3
29	233	4	3
30	380	3	3
31	259	4	3
32	52	2	1

33	187	2	3
34	100	4	3
35	85	2	2
36	234	2	3
37	160	2	3
38	141	2	2
Total	7805	107	102

As modalidades oferecidas, no total de nove, eram: xadrez, tênis de mesa, karatê, capoeira, mini-handebol, jogos e brincadeiras, ginástica artística, judô, futebol de campo. Observamos que em nenhum dos núcleos foram oferecidos mais do que quatro modalidades, por questões relacionadas à estrutura. Das trinta e oito escolas obtivemos um total de quinhentos e trinta e um instrumentos respondidos, em um total de trinta instrumentos enviados a cada projeto.

Quadro 2: Percentual de pais ou responsáveis que responderam ao instrumento aplicado

Núcleo	Questionários	Taxa de retorno dos instrumentos aos pais
1	5	16%
2	3	10%
3	4	13%
4	3	10%
5	5	17%
6	8	27%
7	10	33%
8	6	20%
9	10	33%
10	10	33%
11	5	33%
12	20	17%
13	12	67%
14	30	40%
15	20	100%
16	20	67%
17	10	67%
18	20	33%
19	10	67%
20	10	33%
21	10	33%
22	10	33%
23	20	67%
24	10	33%
25	30	100%
26	10	33%
27	30	100%

28	30	100%
29	20	67%
30	30	100%
31	20	67%
32	10	33%
33	10	33%
34	10	33%
35	10	33%
36	20	67%
37	20	67%
38	10	33%

Total de instrumentos: 531

Diante dos diferentes percentuais obtidos pelo instrumento aplicado, consideramos satisfatório o alcance pelas recolhas de dados, se considerarmos que alguns núcleos são extremamente pequenos, com algo em torno de 45 e 70 alunos participantes, como já observamos.

3.3 Questionários

Apoiado nas considerações de Andrews (2002) foi elaborado um instrumento para cada parte integrante desta investigação, sendo: para os professores das escolas, os profissionais envolvidos nos projetos, e os responsáveis ou pais das crianças participantes. Estes instrumentos foram desenvolvidos da seguinte forma: um questionário fechado para os pais e dois questionários semiestruturados, destinados aos professores das escolas e diretores.

O primeiro instrumento (semiestruturado), destinado aos diretores responsáveis pelas escolas municipais, destinava-se a verificar a estrutura física e organização, aspectos quantitativos relativos ao projeto. O segundo instrumento (fechado), destinado aos pais e responsáveis, destinava-se a verificar se os responsáveis percebiam modificações e alterações no comportamento e desempenho dos alunos e na estrutura dos núcleos esportivos. O terceiro instrumento (semiestruturado) destinava-se aos professores, averiguando desempenho escolar, comportamento em ambiente escolar e informações não abordadas.

Ao pretendermos assegurar ao presente estudo a qualidade das questões e respostas, optamos por diferentes tipos de validade, nomeadamente a validade de construção e de conteúdo.

A primeira validade, que afere a estrutura teórica dos instrumentos, foi balizada por uma objetivada discussão e especulação conceitual, com diferentes especialistas a fim de fidelizar o mínimo de evidência de construtividade. Já a segunda, tem como objetivo afiançar o instrumento de avaliação, de forma representativa e proporcional, uma tentativa de determinar os objetivos, os temas e os processos envolvidos (perceptivos, cognitivos, intelectuais e sociais).

Procuramos levar em conta à relevância que adquire a consideração do contexto, a complexidade das interações, a pluralidade e diversidade cultural, as necessidades, as representações, a imprevisibilidade de acontecimentos e a interpretação dos dados obtidos. Desta forma respondemos também a uma variável ecológica. Antes da aplicação de cada questionário, foram consultados professores que deram suas contribuições de forma escrita ou diretamente, através de discussões visando a implementação dos instrumentos.

Em uma primeira fase os questionários foram submetidos a uma aplicação em campo, um estudo piloto, em uma amostra diferente a que seria do presente estudo. Diante das falhas percebidas, foram corrigidas algumas perguntas em que se registraram dificuldades, sendo que, em virtude das limitações culturais percebidas nos pais e responsáveis pelas crianças, optamos por um instrumento fechado de fácil compreensão.

A elaboração dos questionários procurou alicerçar-se no projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal e a Secretaria de Esportes e Lazer, sendo que cada um dos questionários compreendia questões abertas, tratadas através de análise de conteúdos e questões fechadas com respostas múltiplas.

Todos os instrumentos foram acompanhados de um pedido oficial do pesquisador. Infelizmente, seguindo o protocolo, este pedido deveria ser feito pelo orientador principal, que lamentavelmente faleceu alguns meses antes destes instrumentos serem completamente desenvolvidos.

Foram todos entregues pessoalmente em cada um dos trinta e oito núcleos, diretamente aos responsáveis, os diretores das escolas contempladas e professores envolvidos nas escolas, e entregues pessoalmente a cada pai e responsável, cabendo ao pesquisador o recolhimento destes instrumentos - o que demandou um longo tempo, não só em virtude do tamanho amostral, mas também pela própria consciência dos envolvidos. Se não houvesse nenhuma resposta, os envolvidos na amostra eram novamente procurados - quando não por telefone, pessoalmente. Em virtude das dificuldades econômicas da população não obtivemos êxito em optar por meio informatizado. A responsabilidade de preenchimento de cada instrumento foi solicitada aos diretores, aos professores e somente com os responsáveis pelas crianças houve ajuda do pesquisador.

A análise de conteúdo teve como base um conjunto de indicações de Bardin (1994), calculando-se posteriormente o total de respostas dentro de cada categoria e, desenvolvendo-se a pré análise através de leitura e transcrição, na íntegra, dos questionários com respostas dadas, codificando-se os dados e transformando-os, por recorte, agregação e enumeração, em representações de conteúdo susceptíveis a esclarecer as características do texto, categorizando os

elementos constitutivos, reunidos em grupos de elementos (unidade de registro), em razão dos caracteres comuns destes elementos.

A codificação da análise de conteúdos, unidades de registro e de contexto, e a categorização foram lidas por mais um pesquisador para análise da clareza e compreensão e repartição em categorias e respectivas subdivisões, antes de se proceder ao tratamento estatístico simples com base nas percentagens. Para as perguntas fechadas de respostas qualitativas a partir de um conjunto de respostas fornecidas por nós, o respondente procurou assinalar as que mais se aproximavam de sua opinião e para as perguntas de respostas quantitativas.

Obtivemos então três questionários que originaram bases distintas:

Questionário destinado aos diretores: possuindo 6 blocos de perguntas, com várias alíneas, possuindo cada uma, 6 questões abertas e 9 questões fechadas e mais 6 questões semiestruturadas. (ANEXO A)

Questionário destinado aos professores: possuindo 6 perguntas, sendo 1 pergunta aberta e 5 perguntas fechadas com vários subitens. (ANEXO B)

Questionário destinado aos pais e responsáveis: composto de 5 perguntas com vários subitens, sendo as perguntas fechadas. (ANEXO C).

3.4 Variáveis estudadas:

No que se refere às variáveis independentes consideraremos a seguinte: Núcleos do Programa de Iniciação ao Desporto.

Quanto às variáveis dependentes, consideraremos as medidas tomadas com base nas respostas obtidas através das questões nos instrumentos aplicados.

Estas variáveis foram agrupadas em dimensões, sub dimensões, categorias (valores) e subcategorias (itens).

Assim para os diretores, a dimensão valorização compreende 4 indicadores; a dimensão infraestrutura compreende 14 indicadores, a dimensão colaboração 1 indicador, a dimensão sugestão possui 1 indicador.

Para os Professores: a dimensão valorização compreende 2 indicadores; a dimensão desenvolvimento compreende 3 indicadores, a dimensão atitudes e valores possui 2 indicadores, a dimensão comunicação possui 1 indicador.

Para os pais: a dimensão atitudes e valores compreende 1 indicador, a dimensão desenvolvimento compreende 2 indicadores, a dimensão valorização compreende 3 indicadores; a dimensão comunicação compreende 1 indicador, a dimensão adequação da infraestrutura possui 1

indicador, a dimensão da utilização da infraestrutura possui 1 indicador. Houve submissão e aceite do comitê de ética e pesquisa brasileiro em 2009, sob nº 2009/41734.

Quadro¹: Variáveis dependentes

Dimensões	Subdimensões	Categorias (valores)	Subcategorias (itens)
Adequação de infraestrutura	Espaço e equipamento	Educação e Lazer	Educação para o lazer
Utilização de infraestrutura	Frequência semanal	Oportunização	Ocupação semanal
Valorização	Estratégias para permanência	Incentivo à permanência	Participação no projeto
Atitudes e valores	Níveis de interesse	Interesse por atividades de lazer e trabalho	Preparação para o Interesse e sensibilidade
Eficiência, eficácia e efetividade das Políticas Públicas.	Níveis de percepção	Preocupação dos pais, diretores e professores com atividades de educação e ocupação do tempo livre.	Projeto de iniciação ao desporto e comunidade.
Desenvolvimento	Organização	Metodologia de ensino	Escola
Colaboração	Níveis de organização	Colaboração dos professores	Núcleo de funcionários
Projeto	Níveis de cooperação	Colaboração dos alunos	Participantes

¹ .5 Procedimentos Estatísticos

Para efeito de procedimentos estatísticos selecionamos aleatoriamente dentro deste universo pesquisado, uma amostra possível de ser analisada, não só partindo do que consideramos como

Benefícios ao desenvolvimento infantil	Eficiência e eficácia das ações lazer	Necessidade de oportunizar para desenvolver para o lazer	Efetividade das ações
Causas e dificuldades	Dificuldades de interação	Interação	Escola, projeto esportivo, comunidade.
Sugestões	Melhorias	Envolvimento dos pais, Professores e funcionários.	Direito de acesso
Avaliação das ações	Efetividade no desenvolvimento das Políticas		

variável independente - os trinta e oito núcleos do programa de iniciação ao desporto, mas também a capacidade de analisar e responder às onze variáveis descritas no quadro acima. Para tanto, para efeito de cálculos selecionamos 4 (quatro) instrumentos respondidos por diretores das escolas contempladas, 4 (quatro) instrumentos respondidos por professores das escolas e 4 (quatro) instrumentos respondidos por pais de alunos, para que a partir desta amostra fossem realizadas análises compatíveis com as possibilidades lógicas necessárias para comprovação deste estudo.

Os dados ainda assim, mantiveram a proposta inicial de avaliação, oferecendo através da estatística descritiva os resultados gerais, da análise de discurso à resposta para as questões abertas e da aplicação de testes estatísticos à busca de significância. ($p=000,5$).

CAPÍTULO 4

4 RESULTADOS

Para alcançar os objetivos da presente investigação, necessitamos aplicar três questionários. Esses questionários foram aplicados aos diretores das escolas contempladas pelos projetos municipais, aos professores das escolas e aos pais dos alunos integrantes destes projetos.

Quadro 4:- Percentual de escolas avaliadas

Total de escolas	Escolas avaliadas
70	38
100%	54%

Através das questões contidas nesses instrumentos, foi preocupação recolher dados relativos às dimensões, subdimensões e categorias e subcategorias de cada um destes instrumentos.

Deste modo, estruturamos a apresentação destes resultados obtidos através dos instrumentos aplicados de acordo com os diferentes quadros - uma síntese que apresentaremos na abordagem de cada segmento (diretores - professores - pais) onde, serão referenciados os indicadores que julgamos importantes evidenciar.

A discussão dos resultados apurados baseou-se assim, essencialmente, na interpretação das estatísticas recolhidas e derivadas do tratamento de dados que pensamos ter enriquecido com conhecimentos da revisão de literatura conseguida, além da sensibilidade e vivência profissional.

A primeira análise foi realizada com os 38 diretores de escolas envolvidas diretamente com os projetos realizados pela Prefeitura Municipal de Petrópolis.

4.1 Os diretores

Adequação das estruturas destinadas ao desenvolvimento dos projetos, onde com o instrumento utilizado, procuramos averiguar a estrutura física das instalações onde se realizam as atividades do (PID). O quantitativo de alunos observado foi uma maneira de verificarmos se o espaço é saturado ou não.

Nos trinta e oito núcleos obtivemos uma média de frequência de $(205,39 \pm 116,08)$ em relação ao número de alunos por núcleo.

Quadro5 : Total de instrumentos aplicados aos diretores para averiguar quantitativo de alunos

Núcleos investigados	Total de alunos	Média por núcleo
----------------------	-----------------	------------------

38

7805

(205,39+ 116,08)

Em relação às faixas etárias que frequentam as atividades oferecidas obtivemos uma média de $(8,96 \pm 1,96)$ em anos. Sendo que o tempo médio de oferecimento das atividades nos núcleos em meses foi de $(3,53 \pm 1,29)$ em meses de atividades, em relação à média de aulas por vezes na semana obtivemos $(2,0 \pm 1,10)$. As informações quantitativas obtidas informaram apenas um total de quatro mil e dezesseis alunos (4016), sendo dois mil seiscentos e noventa (2690) do gênero masculino e um mil trezentos e vinte e dois (1322) do gênero feminino, demonstrando que, apesar de preocuparem-se com o controle de todas as turmas, os diretores não tem ciência exata do quantitativo de alunos separados por gênero, comprometendo a apresentação de dados. A frequência média semanal é de (71,79%), uma média de duas aulas por semana.

Quadro 6: informações sobre o perfil de utilização dos núcleos

Genero Masculino	2690
Genero Feminino	1322
Diretores	4016
Prefeitura	7805
FAIXA ETÁRIAS $(8,96 \pm 1,96)$	
TEMPO MÉDIO (EM MESES) DO PROJETO $(3,39 \pm 1,29)$	
UNIDADE	
MÉDIA DE AULAS SEMANAIS $(2,0 \pm 1,10)$	

Quanto ao espaço em que são realizadas as atividades temos: (86,8%) das atividades realizadas dentro das quadras das escolas e (13,15%) das atividades realizadas no pátio escolar, que apesar de tudo é considerado um espaço sem adequação.

Quadro 7: relação de realização das atividades

LOCAL ESCOLAR	
Quadras	86,80%
Pátio	13,15%
MODALIDADES	
Futebol de campo-	28 escolas
Minihandebol-	16 escolas
Tênis de mesa	25 escolas
Xadrez	30 escolas
Karatê	12 escolas
Ginastica Artística	16
Escolas jogos e brincadeiras	30
Judô	20 escolas

Quanto à limpeza e manutenção da estrutura (100%) das respostas, alegam que não há problemas neste setor. Na mesma medida, na questão relacionada aos recursos para a limpeza (32,0%) informam ser este adequado, entretanto (31,7%) informam ser inadequado e (28,9%) insuficiente.

É necessário ressaltar que (84,2%) dos diretores informaram que os participantes dos projetos não usufruem de qualquer tipo de estrutura, tal como sanitários adequados. Sendo que (89,4%) não usufruem de qualquer tipo de recurso de iluminação, contra apenas (10,5%) que possuem este recurso total ou parcialmente disponível. A percepção apontada pelos investigados, aponta-nos que a infraestrutura destas áreas é debilitada, pois não foi construído nenhuma área de apoio nova ou infraestrutura de esportes para a realização ou implantação deste programa.

Em relação ao material esportivo, (78,9%) informam que o material esportivo é adequado, contra (5,26%) que afirmam não ser adequado e (15,78%) afirmam ser insuficiente.

Quadro 8: infraestrutura de funcionamento

Limpeza e manutenção	100,00%	não há estrutura
	32,00%	adequado
Recursos para a limpeza	31,70%	inadequado
	18,90%	insuficiente
Ausência de infraestrutura	84,20%	sanitários
	89,40%	ausente
Iluminação noturna	10,50%	existente
	78,90%	adequado
Material esportivo	5,26%	inadequado
	15,78%	insuficiente

A adequação da infraestrutura - segundo a opinião dos diretores

Com o objetivo de responder as variáveis por nós designadas no (Quadro 4), a primeira dimensão que vamos abordar é a de *adequação de infraestrutura*, partindo-se dos dados ainda assim obtidos pelos trinta e oito diretores do projeto e descritos no início deste capítulo. Observamos que a grande preocupação parece ser a possibilidade de funcionamento e atendimento.

Quadro 9: constatação dos diretores

Espaço em que se realizam as atividades	quadras das escolas	86,80%
	no pátio de escolas	13,15%
Limpeza e manutenção problemas	não há estrutura	100%

Recursos para a limpeza	adequado	32,00%
	inadequado	31,70%
Ausência de infraestrutura	insuficiente	28,90%
	de sanitários	84,20%
Iluminação noturna	ausente	89,40%
	inadequado	10,50%
Material esportivo	adequado	78,90%
	inadequado	5,26%
	insuficiente	15,78%

Na questão relacionada a saber se o projeto está contribuindo para o desenvolvimento dos alunos: em que contribui mais? Obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 10: percentual obtido a partir das respostas dos diretores

Afastar-se de maus elementos	47,30%	Disciplina no tempo livre	52,60%
Interatividade em sala de aula	42,10%	Concentração	50,00%
Relações sociais	31,50%	Capacidade física	26,30%
Desenvolvimento motor	26,30%	Disciplina em família	71,05%
Desenvolvimento da lateralidade e global	36,80%	Relação pessoal	76,08%
Valores	52,60%	Respeito aos professores	78,90%
Concentração e memória	26,30%	Organização	68,40%
Cooperação	100,00%		
Socialização com amigos	78,90%	Disciplina nas família	92,10%
Sociabilidade na aula	73,60%	Sociabilidade na escola	97,30%
Sentido de grupo	71,50%	Auto estima Iniciativa	26,30%

Segundo o relatado por 100% dos diretores, o projeto proporciona desenvolvimento aos alunos.

Na questão relacionada ao papel do professor, obtivemos (71,05%) que cumprem seus horários, contra (28,9%) que não o fazem.

Quanto à dinâmica das aulas, fator relevante para o desenvolvimento de projetos esportivos e educacionais, obtivemos (78,9%) como aulas dinâmicas, contra (21,05%) de aulas não consideradas dinâmicas pelos diretores. No subitem relacionado a despertar ou não o interesse dos alunos (65,79%) dos professores é considerado capaz de despertar e motivar os alunos, contra (34,21%) que não são considerados professores capazes de motivar seus alunos.

Quanto às questões relacionadas a integrar as atividades desenvolvidas com a escola e comunidade, (85,84%) o fazem, contra (13,15%) que não o cumprem.

Quadro 11: desempenho dos professores do projeto:

	78,90%	21,05%
Dinâmica das aulas	Aulas dinâmicas	Não são dinâmicas.
	65,79%	34,21%
Despertar o interesse dos alunos	despertam	não despertam
	85,84%	13,15%
Integração das atividades com a escola e comunidade	o fazem	não o fazem
	Papel do professor	71,05%
	cumprem horário	não cumprem

Quanto à manutenção de bom relacionamento com a escola obtivemos (97,36%) considerados como bom relacionamento, contra (2,6%) como não obtendo bom relacionamento com a escola, o que nos evidencia que os professores são competentes neste aspecto, que muito poderá contribuir para o desenvolvimento de ações mais complexas e integradas.

Quanto ao trabalho relacionado com as comunidades obtivemos dados semelhantes ao da questão anterior onde (97,36%) realizam atividades, sendo a Gincana, mais citada, contra apenas (2,6%) de profissionais que não realizam qualquer tipo de atividade.

Quadro 12: quanto às atividades desenvolvidas

Atividades	%
Gincana	78,90%
Olimpíadas	65,70%
Jogos infantis	85,84%
Jogos cooperativos	85,84%
Torneio	13,15%
Recreação	97,36%
Futebol de campo	13,15%
Amostra	38

4.2 Os Professores

Foram inquiridos cento e nove professores das escolas municipais beneficiadas pelo programa público para a realização deste trabalho, tomamos como cautela investigar os professores que não trabalhassem nas atividades esportivas com as crianças envolvidas, e sim nas salas de aula

desta forma, acreditamos colher melhores resultados dos depoimentos destes. Foram cinco questões fechadas e uma questão aberta.

Quando inquirido se observavam melhorias nos alunos frequentadores do projeto, responderam que sim (57,70 %) e que não (42,20 %).

Quadro 13: percepção dos professores quanto a melhorias nos alunos

Professores	Sim	Não
	57,70%	42,20%

Quando perguntados se poderiam apontar os benefícios ou não constatados nestes alunos os professores responderam da seguinte forma:

Quadro 14: respostas dos professores quanto às melhorias percebidas em participantes

Melhorou muito no relacionamento com familiares e amigos 55,04%

Não melhorou no relacionamento com familiares e amigos. 42,20%

Apresentou mais ânimo para frequentar a escola. 53,21%

Não apresentou mais ânimo para frequentar a escola 39,44%

Demonstrou-se mais disposto para a prática esportiva. 55,04%

Não demonstrou-se mais disposto para a prática esportiva. 43,11%

Frequenta espaços comunitários fora dos horários do projeto em seu tempo livre. 72,47%

Não frequenta espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre 27,52%

As respostas foram agrupadas duas a duas para a comparação das suas médias. Os professores demonstraram que quanto ao desempenho escolar as respostas foram as seguintes:

Quadro 15: respostas dos professores a percepção de melhoria no desempenho escolar

Professores	SIM	NÃO
	52,29%	47,70%

Quanto às respostas assinaladas, os professores apontaram que:

Quadro 16: constatação dos professores quanto às melhorias percebidas

Melhorou as notas escolares	9,17%
Não melhorou as notas escolares	11,92%
Não houve melhorias que possa	40,36%

Mantiveram-se iguais no desempenho	36,69%
Não melhoraram seu desempenho	1,80%

Quanto aos comentários dos alunos sobre as atividades realizadas nos projetos esportivos temos:

Quadro 17: comentários das crianças sobre as atividades realizadas no projeto

	SIM	NÃO
Professores	64,22%	35,77%

Quanto às atividades que demonstram desenvolvimento da lateralidade e da escrita os professores responderam:

Quadro 18: respostas dos professores em relação ao desenvolvimento dos alunos

	SIM	NÃO	Apenas em Algumas
Professores	27,52%	27,52%	44,95%

4.3 Questões abertas

Nas questões abertas objetivamos selecionar as respostas e analisá-las dentro das indicações de Bardin (1994).

Através do recolhimento dos instrumentos aplicados, iniciamos um procedimento de seleção das maiores incidências de respostas nas questões dos professores respondentes ao instrumento. Estas respostas foram lidas com auxílio de um professor que confirmou nossas premissas quanto à criação destas categorias de análise para o discurso. A importância deste procedimento aponta para uma relevante aproximação quanto à percepção dos envolvidos, os professores, quanto a necessidade de ouvir os principais pontos de tensão, convergência e divergência através das opiniões emitidas e selecionadas. Evidenciam se expectativas em relação aos benefícios oriundos da realização deste programa, tais como a relação com a motivação e a redução na tensões sociais na escola.

Quadro 19: análise das questões abertas

Maiores incidências	Número de respostas encontradas	Em relação à amostra (n=109)	Categorias
A prática esportiva motiva os alunos	100	91,70%	Motivação
Mais comprometimento com a escola	40	36,69%	Envolvimento
Alguma felicidade e esperança em meio à tanta violência	50	45,89%	Expectativa de futuro
Redução da tensão social na escola	66	60,55%	Tensão e violência

Mais qualidade nas ações escolares	40	36,69%	Qualificação das Políticas Públicas para escolas
Mais qualidade nas ações do governo	30	27,52%	Qualificação das Políticas Públicas
Melhor desenvolvimento motor e cognitivo	60	55,04%	Desenvolvimento motor infantil através das ações públicas

Destacam-se ainda opiniões que apontam a necessidade de maior qualificação nas ações do governo, nas políticas públicas, corroborando se desta forma para efetividade do instrumento aplicado para analisar o objeto de estudo.

4.4 Os Pais e responsáveis

Os instrumentos aplicados obtiveram alcance de quinhentos e trinta e um respondentes, (n=531), sendo um instrumento fechado, que tinha como finalidade obter dos pais as informações necessárias para analisarmos o contexto.

Na primeira questão, relacionada à percepção dos pais em relação a possíveis melhorias proporcionadas pela participação das crianças no projeto esportivo, obtivemos:

Quadro 20: Percepção dos pais e responsáveis sobre possíveis melhorias nos participantes

Pais (n=531)	SIM	NÃO
	60,26%	39,73%

Na questão em que deveriam assinalar quais as mudanças mais facilmente percebidas, foi permitido que em cada resposta mais de um item fosse assinalado, sendo esta alternativa uma forma fácil de verificarmos a percepção e o envolvimento dos pais e responsáveis com o desenvolvimento do projeto. Assim, obtivemos:

Quadro 21: mudanças percebidas pelos pais e responsáveis quanto à participação das crianças

Melhorou muito no relacionamento com familiares e amigos	40,48%
Não melhorou no relacionamento com familiares e amigos	20,71%
Apresenta mais ânimo para frequentar a escola	67,79%
Não apresenta mais ânimo para frequentar a escola	54,61%
Demonstra-se mais disposto para a prática desportiva	50,84%
Não demonstra-se mais disposto para a prática desportiva	54,80%
Frequenta espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre	89,07%
Não frequenta espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre	61,58%

(N=531)

As respostas semelhantes foram agrupadas duas a duas.

Na questão relativa ao desempenho escolar, se este apresenta mudanças ou não, sem que os responsáveis demonstrassem as notas relativas ao desempenho, tentamos através do instrumento obter a percepção destes sobre o desempenho dos filhos, ao mesmo tempo procuramos estabelecer uma noção de envolvimento dos pais com as atividades desenvolvidas.

Quadro 22: mudanças de desempenho constatadas pelos pais

Pais (n=531)	SIM	NÃO
	42,18%	57,81%

Quadro 23: Percepção dos responsáveis sobre o desempenho das crianças

Melhorou nas notas escolares.	21,28%	(21,83±10,87)
Não melhorou nas notas escolares.	19,02%	
Não houve melhorias que possa perceber	41,99%	(N=531)
Manteve se igual no desempenho	18,33%	
Piorou o desempenho	17,77%	

Na questão que analisa a relação de comunicação que a criança participante do projeto desenvolve com seus pais e responsáveis, procuramos observar se existe algum intercâmbio sobre as atividades que se desenvolvem no projeto.

Quadro 24: comunicação entre pais e filhos quanto ao projeto

Pais (n=531)	SIM	NÃO
	20,15%	79,84%

Na questão onde se permitia marcar mais de uma opção, verificamos a percepção dos entrevistados quanto ao espaço escolar destinado às práticas esportivas. Na tabela agrupamos duas a duas as respostas com os mesmos objetivos.

Quadro 25: percepção dos pais quanto ao espaço onde se realizam as atividades esportivas

O espaço escolar manteve-se limpo e conservado durante este ano	18,33%
O espaço escolar está danificado e mal preservado.	56,49%
Não vejo ou escuto sobre violência entre as crianças	37,66%
Frequentemente vejo ou escuto cenas de violência	47,08%
Não percebi nenhuma modificação em toda a área	65,91%

(N=531)

4.5 A adequação da infraestrutura - segundo a opinião dos diretores

Com o objetivo de responder as variáveis por nós designadas no (Quadro 4), a primeira dimensão que vamos abordar é a de *adequação de infraestrutura*, partindo-se dos dados ainda sim obtidos pelos trinta e oito diretores do projeto e descritos no início deste capítulo. Observamos que a grande preocupação parece ser a possibilidade de funcionamento e atendimento.

Quadro 26: constatação dos diretores

Espaço em que se realizam as atividades	quadras das escolas	86,80%
	no pátio de escolas	13,15%
Limpeza e manutenção problemas	não há estrutura	100%
	adequado	32,00%
Recursos para a limpeza	inadequado	31,70%
	insuficiente	28,90%
Ausência de infraestrutura	de sanitários	84,20%
	ausente	89,40%
Iluminação noturna	inadequado	10,50%
	adequado	78,90%
Material esportivo	inadequado	5,26%
	insuficiente	15,78%

Para efeito de constatação, as informações do (Quadro 27) sintetizam as questões relacionadas à frequência de funcionamento dos projetos esportivos.

Quadro 27: médias das faixas etárias e quantitativo de alunos.

Faixas etárias	(8,96±1,96)
Tempo médio do projeto na unidade	(3,39±1,29)
Média de aulas semanais.	(2,0±1,10)
Total informado pelos diretores	(2690 masc.) 4012 (1322 fem.)
Total informado pela prefeitura	7805 (+37%)

Dentro do universo analisado, selecionamos 4 diretores de escolas (n=4), onde procuramos investigar mais profundamente, em virtude das semelhanças apresentadas nestes núcleos, e não só as semelhanças, mas também os dados apresentaram-se, com frequência

semelhantes, o que nos possibilitou a chance de realizar estudos que conduzam à comprovação de informações mais específicas acerca do estudo desenvolvido. São estes: números 23, 25, 27, 30.

Quadro 28: adequação da infraestrutura - segundo os núcleos

Núcleo	23	25	27	30
Cooperação	25%	25%	25%	25%
Afastar se de maus elementos	50%	50%	25%	25%
Tempo Livre	25%	25%	50%	75%
Respeito aos professores	50%	50%	75%	75%
Concentração	25%	25%	50%	50%

Quadro 29: variáveis relacionadas à infraestrutura

Dimensão	Sub dimensão	Categorias	Subcategorias
Utilização de infra estrutura	Frequência semanal	Oportunização	Ocupação semanal

Quadro 30: núcleos apresentam pequenas diferenças quanto à utilização da infraestrutura

	Núcleos	23-25	27-30
	Faixas etárias	(8,96±1,96)	(7,96±1,88)
	Tempo médio do projeto na unidade	(3,39±1,29)	(2,49±1,66)
	Média de aulas semanais	(2,0±1,10)	(2,52±1,55)

A utilização da infraestrutura apresenta uma utilização média de duas vezes na semana, com o tempo médio de três anos de projeto instalado nas dependências. Supõe-se que seria importante para uma população com idade média entre sete e oito anos de vida, que se estimulasse mais a frequência nestes núcleos.

4.6 Valorização das estratégias de permanência segundo os diretores

Quadro 31: valorização para incentivo à permanência e participação

Dimensão	Subdimensão	Categorias	Subcategorias
Valorização	Estratégias para incentivo à valorização	Não permanência	Permanência no projeto

Apresentam-se semelhanças nas questões relacionadas à dimensão valorização do projeto dentro da necessidade de desenvolver ações e procedimentos que incentivem a permanência das crianças e a participação regular no projeto.

Quadro 32: respostas dadas nos núcleos para a valorização

Núcleos	23 - 25	27 - 30
Relações sociais	75%	50%
	75%	50%
Sentido de grupo	50%	50%
	75%	50%
Interatividade em sala de aula	50%	50%
	50%	50%
Socialização com amigos	25%	50%
	50%	50%
Disciplina em família	25%	25%
	25%	25%
Sociabilidade na escola	50%	75%
	75%	75%
Relação pessoal	50%	75%
	50%	75%

4.7 Atitudes e Valores

Quadro 33: os níveis de interesse e percepção para lazer e trabalho

Dimensão	Sub dimensão	Categorias Subcategorias
Atitudes e valores	Níveis de interesse	Interesse por atividades de Interesse e lazer sensibilidade para o lazer
	Níveis de percepção	Preocupação dos pais, Preparação para o diretores e professores lazer e trabalho com atividades de educação e ocupação do tempo livre.

Avaliando esta apresentação, obtivemos dois níveis: notadamente os de interesse e de percepção relacionados às atividades de Lazer, Educação e Ocupação do tempo livre - sejam

estes relacionados ao trabalho ou simplesmente pela necessidade de se sensibilizar para o Lazer.

Quadro 34: Principais incidências apresentadas

Dimensão	Subdimensão	Categoria	Subcategoria
Causas e dificuldades	Dificuldade de interação	Interação	Escola Projeto esportivos Comunidade

4.8 Desenvolvimento

Quadro 35: dimensão de desenvolvimento

Dimensão	Subdimensão	Categorias	Subcategorias
Desenvolvimento	Organização	Metodologia de ensino	Escola, projeto

Quadro 36- percepção dos diretores quanto ao desenvolvimento dos alunos

	Núcleo	23	25	27	30
Desenvolvimento motor		50%	50%	50%	50%
Desenvolvimento da lateralidade e global		25%	25%	25%	25%
Capacidade física?		25%	25%	25%	25%
Concentração e memória		25%	25%	25%	25%
Auto estima		25%	25%	25%	25%

Conforme os diretores não há uma percepção expressiva do desenvolvimento oportunizado pelas atividades realizadas.

4.9 Colaboração

Quadro 37: Dimensão de Colaboração

Dimensão	Subdimensão	Categoria	Subcategoria
Adequação da Infraestrutura	Espaço e equipamento	Educação e Lazer	Educação para o Lazer

Dimensão Colaboração	Níveis de organização	Colaboração dos professores	Núcleo de funcionários	
	Níveis de cooperação	Colaboração dos alunos	Núcleo dos alunos	

Quadro 38: relação da observação das relações entre aulas e interesses de alunos

Núcleo	23	25	27	30
Dinâmica das aulas	50%	50%	50%	50%
Despertar o interesse dos alunos	50%	50%	25%	25%
Integração das atividades com a escola e comunidade	75%	75%	75%	75%

No quadro acima, referimo-nos às atividades relacionadas à dinâmica das aulas e se estas, por consequência, despertam o interesse nos alunos, já que percebemos uma semelhança quanto à integração das atividades com a comunidade.

4.9.1 Causas e dificuldades Quadro

39: Causas e dificuldades

Dimensão	Subdimensão	Categoria	Subcategoria
Adequação da Infraestrutura	Espaço e equipamento	Educação e Lazer	Educação para o Lazer

Quadro 40: Percepção entre as relações entre família, disciplina e autoestima

Núcleo	23	25	27	30
Sociabilidade na família	25%	25%	25%	50%
Disciplina nas aulas	25%	50%	25%	50%
Auto estima	25%	75%	25%	75%

Observamos no quadro acima que questões relacionadas à família, disciplina e autoestima ainda são bastante complexas para serem desenvolvidas no âmbito dos projetos.

CAPÍTULO 5 Discutir para progredir

5 DISCUSSÃO

Com a análise de dimensões relacionadas às percepções de atores envolvidos em projetos sociais, como por exemplo: a melhor ocupação de espaços; a valorização das atividades; e oportunidades disponibilizadas aos alunos, não se pretende dar mais relevância a subjetividades e percepções subjetivas de melhorias relativamente difíceis de mensurar. E sim, dar mais uma oportunidade do pesquisador ouvir as expressões, opiniões de professores e responsáveis pelas crianças atendidas nestes núcleos. A vivência e coleta direta podem contribuir significativamente para a elaboração de parecer de um pesquisador, em pesquisa qualitativa, corroborando ou não para seu juízo atribuído ao que interpreta.

Ao indagar determinado ator se este observa aumento de motivação de alunos em suas práticas esportivas, pretende-se colher diretamente a impressão destes atores, que convivem sistematicamente com as crianças, formando assim, uma opinião que pode ser comparada ao que foi coletado em instrumentos como o aplicado.

Ao olhar deste pesquisador, observa-se ao que parece mais importante do que a prática esportiva, seria o ambiente em que as relações se desenvolvem, pois estas, cercadas de violência e uma nítida falta de critérios na mensuração das ações escolares e governamentais. Embasado pelos diversos estudos realizados, nos apoiamos em (Farjalla 1996), que observa: “que as ações relacionadas aos projetos devem orientar-se dentro das aspirações das demandas” (p.45).

A abordagem deste capítulo tem como objetivo relacionar os resultados conseguidos e analisá-los em conformidade com as linhas estabelecidas no início deste trabalho. Quais sejam a forma de usufruir das estruturas, alterações nas relações entre os envolvidos nos estudos.

Entretanto, não poderíamos deixar de comentar sobre os estudos de Políticas Públicas. Assim que direcionamos ao desenvolvimento deste estudo, primeiramente tentamos esclarecer questões ligadas ao projeto que seria referência ao programa público de esportes ora avaliado. Para nossa surpresa, não obtivemos sucesso em examinar o programa impresso em forma de projeto, pois este era apresentado em forma de *folder*- desta forma, apesar de termos trabalhado entre 2001 e 2004 na coordenação responsável pela implantação e desenvolvimento do programa público de esportes, não houve acesso à estruturação do mesmo, cabendo citar apenas dados oferecidos à mídia, ou informações desconexas, entre dotação orçamentária e atendimento de núcleos.

Como citamos neste estudo, a Política Pública poderia ser parcialmente entendida como uma ação do Estado, intencional, com objetivos definidos, que geralmente são os de atendimento dos interesses políticos de um governo.

As avaliações que eram oferecidas ao público versavam exclusivamente sobre dados quantitativos. Ao iniciarmos o programa, as informações que circulavam como uma primeira informação de governo, apresentavam o quantitativo de vinte e cinco mil alunos – número considerado algo, de fato, nunca antes realizado no município de Petrópolis.

A perspectiva de uma discussão de resultados num programa de Esportes públicos deveria passar obrigatoriamente pelo oferecimento público de informações relevantes, entretanto não aconteceu desta forma – Seguindo a tradição das políticas públicas brasileiras, o debate com os setores da sociedade, as informações relevantes e a realização de pesquisas que tornem a ação governamental mais evidente foram provavelmente fatores que tornaram este projeto público uma ação de pouca evidência - Tanto que desde o início de 2010, o mesmo passou a ser gerenciado pela Secretaria de Municipal Educação, sendo dissolvido recentemente, sob a justificativa de irregularidades na gestão administrativa.

Poderíamos avaliar a Política Pública desenvolvida neste município como um modelo assistencialista, entendendo que partia da premissa de atuar parcialmente para cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus dispositivos, com a ação de em determinadas escolas atuar na substituição às aulas regulares de Educação Física no turno regular para certas escolas, e em outras, apenas complementando as atividades a serem realizadas no contra turno escolar – ao que parece sem umnexo científico estabelecido publicamente ou sequer com avaliações divulgadas. Sendo assim, se estas avaliações existiram, ficaram apenas dentro dos gabinetes dos governantes, pois não foram oferecidas publicamente.

A relação de ação em determinado governo constitui, como procuramos demonstrar através de uma análise Política, um ciclo político, a compreensão do agir público que, dividido em fases do processo político- administrativo, tenta atuar na resolução dos problemas correspondidos, como uma sequência dos elementos de todo processo comum - ao que se designa chamar de divisões do ciclo político.

No caso do programa esportivo estudado, as fases de formulação, implementação e de controle não se situaram de forma clara, principalmente a de controle de impacto das Políticas. Como já foi comentado, não foi dado ao público o resultado de todo este esforço de realização do programa esportivo. Sendo que, no caso específico da avaliação das Políticas, não houve sequer o conhecimento sobre a necessidade de correção de ações. De certa forma, estas

possíveis correções serviriam para a apreciação do programa já implantado e, conseqüentemente, seus impactos efetivos.

Os déficits existentes deste impacto e seus efeitos colaterais, ao que parece, poderiam ser minimizados se este processo fosse criteriosamente desenvolvido.

Desta forma, extraídas as conseqüências para as ações e programas futuros, como por exemplo: se os objetivos do programa fossem atingidos (o que denomina-se como ciclo político) poderia, ou não, chegar ao fim, dando então início a um novo ciclo.

Pressupomos que os atores políticos administrativos dificilmente fixaram-se a esse *continuum*, principalmente se observarmos que, para este município, o programa de Esportes e Lazer constituía-se de complexidades, com algumas evidências observadas em virtude de processos interativos, obrigando reações não desempenhadas pelos atores (Governantes).

Um dos principais objetivos das Políticas Públicas é a utilidade social, que obrigaria a uma postura crítica, que aposta em cursos de ação alternativos ou não, e verifica se o Estado está em movimento. A tentativa de gerar discussões sobre um Programa de Esportes e Lazer parece ter sido cercada de limitações, impostas pelas circunstâncias geradas pela realização deste estudo, que intimidavam os respondentes envolvidos. Pode-se, ainda, levantar a possibilidade de inexistência de estruturas governamentais que correspondessem ao nosso objeto de estudo. Contudo, ainda assim, estas possibilidades não inviabilizam uma análise das Políticas Públicas de Esportes e Lazer desenvolvidas na cidade de Petrópolis.

Nesta investigação, foram aplicados três instrumentos. Esses questionários foram aplicados aos diretores das escolas contempladas pelos projetos municipais, aos professores das escolas e aos pais dos alunos integrantes destes projetos. Por meio das questões contidas nesses instrumentos, foi preocupação recolher dados relativos às dimensões, sub dimensões e categorias e subcategorias de cada um destes instrumentos.

Deste modo, estruturamos a discussão destes resultados de acordo com os diferentes quadros apresentados anteriormente (diretores – professores – pais). A discussão dos resultados apurados baseou-se assim, essencialmente, na interpretação das informações recolhidas e derivadas do tratamento dado, que pensamos ter enriquecido com conhecimentos da revisão de literatura revisada.

Em primeiro, a observação das respostas oferecidas pelos diretores nos fez constatar uma diferença entre o total de respostas oferecidas por estes e o total de respostas informadas através de dados oficiais. Sendo que do total de alunos informados pelos núcleos (7804), apenas

obtivemos a confirmação de (4016) respostas. Evidencia-se uma distorção entre o que é informado e o que é contatado.

Constatamos diferenças entre os dados aferidos pelos instrumentos em comparação aos declarados pelos diretores em estimativa oficial de (51,45%). Ao que parece, esta diferença pode ser observada em virtude de uma das maiores críticas aos programas públicos: a importância dada às informações quantitativas, ou seja, o que parece interessar é demonstrar se o programa abarca um grande contingente da população. Nem sempre pode ser verdadeira esta informação, embora a desconfiança sobre a rigidez do controle entre inscrições e presenças também possa justificar este dado.

Com relação à média de 205 alunos por núcleo ($205,39 \pm 116,08$), do universo de 4016 alunos, cabe ainda um grande contingente de alunos a ingressarem em programa desta magnitude, são mais e 25 mil estudantes, das mais de 164 escolas na época da realização deste estudo, atualmente são 174 instituições escolares de ensino fundamental. Os dados não conferem com a informação oferecida.

Dentro de um cenário de dificuldades, demonstra-se que a ausência de informações mais precisas, ao que parece, evidencia-se nas distorções existentes das informações dadas nos projetos.

Acredita-se que as atividades desenvolvidas propiciem vivências positivas aos participantes, já que em relação às faixas etárias que frequentam as atividades oferecidas obtivemos uma média de ($8,96 \pm 1,96$) anos, que é condizente com a faixa etária do Ensino Fundamental I no Brasil. Entretanto, a adequação do conteúdo do que é ministrado em Educação Física, não prevê o esporte como único conteúdo, assim, talvez pronuncie-se mais uma vez, um grande direcionamento para aulas de educação física de cunho esportivista. Dando seguimento ao que é tradicional no Brasil. O esporte praticado em um viés de desempenho e, não de vivência da Cultura Corporal do Movimento.

No cenário, constatamos que as atividades são desenvolvidas dentro de quadras. Não foi levado em consideração por este estudo o estado de preservação destas quadras que abrigam o projeto, apenas as condições de manutenção de infraestrutura mínima sanitária e iluminação para receber as demandas.

Evidenciadas no item de estrutura relacionada às instalações, observamos a existência ou não de vestiários e sanitários, apontando que (84,2%) dos núcleos dos projetos não possui instalações adequadas. Observa-se que das atividades oferecidas, não existe nenhuma informação que inviabilize tais ofertas.

Segundo os diretores, os itens em que mais puderam perceber contribuições do projeto esportivo para as crianças foram:

Cooperação: 100,00%: Fundamental para o desenvolvimento de atitudes positivas.

Sociabilidade na escola: 97,30%: Pode proporcionar a permanência da criança na escola.

Disciplina nas famílias: 92,10% : Poderá proporcionar mudança de comportamento dentro das famílias em situação de risco.

Socialização com amigos: 78,90% : Importante fator que poderá trazer oportunidade de desenvolvimento em grupos.

Relação pessoal: 76,08%: Com o convívio coletivo, pressupõem-se que a prática esportiva amplie e proporcione ao participante melhorias neste sentido.

Sociabilidade na aula: 73,60% : O convívio em aulas, pressupõem-se que traga as crianças ampliação de convívio através das aulas.

Sentido de grupo : 71,50%: Pressupõem-se que o esporte traga aos integrantes o sentido de pertencimento a um grupo, possibilitando se a permanência no programa.

Disciplina em família: 71,05%: Pressupõem-se que a prática esportiva, favoreça o desenvolvimento de comportamentos positivos.

Organização: 68,40% : Pressupõem-se que a disciplina oportunizada pela prática esportiva, traga maior capacidade de organização para as tarefas escolares.

Disciplina no tempo livre: 52,60%: Pressupõem-se que a prática, ensinaria um melhor aproveitamento do tempo livre

Valores: 52,60%: Pressupõem-se que valores socialmente positivos sejam vivenciados com a prática esportiva.

Concentração: 50,00%: Pressupõem-se que a prática esportiva, incremente a concentração.

Afastar-se de maus elementos: 47,30%: Pressupõem-se que a ocupação do tempo livre, afaste os alunos de situações de risco.

Interatividade em sala de aula: 42,10%: Pressupõem se que através.

Com percepção da importância das informações recolhidas, demonstra-se a relação que a Educação Física tem com a formação de valores e atitudes positivas da população investigada

Segundo Darido e Rangel (2005): Para avaliar os conteúdos atitudinais, conhecer aquilo que os alunos realmente valorizam e quais são suas atitudes, é necessário que surjam situações de conflito. Durante as situações de aprendizagem, em jogos, esportes, ginásticas, conhecimento sobre o corpo, danças e lutas, os alunos são submetidos

a inúmeros desafios. Eles devem adaptar se aos novos movimentos, ao uso do espaço e do material; a determinadas regras; a expressar sentimentos, inibições e dificuldades; enfim, variáveis que compõem um ambiente de ensino e de aprendizado bastante complexo. Não raro eclodem conflitos nessas situações.

Mas que nunca, ressalta se aí o papel do professor no encaminhamento de uma aprendizagem sistemática, consciente e deliberada de valores, fundamental para a formação do cidadão.

(...) Os conteúdos procedimentais implicam saber fazer, e o conhecimento sobre o domínio desse saber só pode ser verificado em situações de aplicação desses conteúdos. O que define a aprendizagem não é o conhecimento que se tem dele, mas o domínio ao transferi-lo para a prática. (p.14)

Quanto ao desempenho dos professores, (57,70%) observam que estes profissionais diretamente ligados e, portanto, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, cumprem o seu papel. Já (42,20%) acrescentam que estes profissionais não desempenham adequadamente seus deveres. O que demonstra se como uma divisão de opinião sobre o papel do professor em programas de cunho educacional voltados ao desenvolvimento de talentos para o esporte.

Percebe-se que em um papel de influência mútua que as pessoas exercem entre si, a relação entre o professor e o aluno caracteriza se por envolver ações sociais, que se orientam pelas ações dos outros, portanto as ações dos alunos orientam se pelas ações de seus professores. Talvez seja mais apropriado saber dos alunos se o professor cumpre seu papel, a visão dos alunos, não é completa, nem suficiente, mas distingue aqueles professores que se envolvem mais com seus alunos.

A percepção dos diretores quanto ao papel desempenhado pelos professores responsáveis pelas atividades pode evidenciar que, na opinião destes diretores, o trabalho desenvolvido está dentro das expectativas.

As questões relacionadas às mudanças culturais partiriam de pressupostos como os que indicam o saber usufruir de bens culturais e materiais, para dimensões da Educação Física, como já encaminhado anteriormente segundo (DARIDO 2005, p.19).

Ao que parece, a percepção deste grupo investigado, nem sempre encontra eco na opinião dos outros dois grupos, talvez em função da posição ocupada por estes, pressupõem se que estes jamais falariam contra a organização e gestão das atividades, visto que ocupam cargos de confiança, a gestão destes profissionais nem sempre é de campo, situam se distantes das áreas onde o cotidiano desenvolve-se.

Portanto, a visão de um administrador, sendo este submetido a gestão de secretários de governo, pode apresentar limitações relativas as opiniões pessoais.

Percebe-se que há uma forte influência dentro de um programa de governo, para que as políticas desenvolvidas por este, sejam plenamente aceitas e tenham retrospectos positivos, já comentados neste estudo, dentro dos reais interesses e ideais desenvolvidos pelos grupos que ocupam a gestão municipal.

Os resultados nem sempre expressivos, aferidos nos instrumentos, demonstram que nem sempre o almejado será facilmente alcançável pela gestão.

Assim sendo, os dados obtidos das respostas (49,99±3,29) evidências apontam para uma indefinição quanto à percepção dos diretores em relação a melhorias ou não dos alunos participantes. Neste estudo, não houve comparações de notas por turma.

Não está claramente mencionado nas atividades escolares como devem ser avaliadas as crianças participantes deste projeto - o que se deve perceber na estrutura deste projeto é além da ausência de critérios, a ausência de associar a participação escolar nos projetos esportivos com as melhorias do desempenho quantitativo nas escolas.

Pressupomos que em acompanhamento, com vários anos de observação, algumas evidências se apresentem, assim não obtivemos respostas conclusivas.

As questões que tentam investigar se a respeito dos alunos se comunicarem, fazerem comentários sobre as atividades desenvolvidas no projeto, apontam que naturalmente os alunos se comunicam. Entretanto, ainda sim, existe percentual de alunos que tem a natural dificuldade em desenvolver diálogos, expressar se, estabelecendo entre as partes um contato intergeracional, comprometendo o acompanhamento das atividades.

As opiniões dos pais enquanto que (39,73%) não percebem nenhum tipo de melhoria nestas crianças e jovens. A maior parte (60,27), manifestam perceber modificações nos seus filhos, pressupomos que os valores da prática esportiva possam fazer sentido, ao alterar positivamente o comportamento das crianças.

Ainda não podemos afirmar que são melhorias reais, inclusive em virtude de não termos investigado questões como notas e desempenho quantitativo de qualquer outra forma.

Mas, de acordo com as respostas, percebemos que estes entrevistados ao emitirem opiniões diante do instrumento aplicado nos oferecem referências importantes para o projeto.

Segundo as opiniões que mais se destacaram emitidas pelos pais pelo que podemos perceber, os pais conseguem emitir algumas opiniões sobre o comportamento e os hábitos dos filhos - talvez em virtude das idades das crianças que fizeram parte deste estudo. De certa forma,

tais opiniões colaboram com o desenvolvimento deste estudo. Comparando-as com as do grupo de diretores, percebe-se que os pais tem proximidade de convívio com seus filhos, diferente dos diretores que o fazem em momento restrito.

Quanto às mudanças no desempenho escolar, temos uma abordagem diferenciada sendo que, neste caso, os pais oferecem respostas diferentes em relação ao desempenho dos participantes.

Para as constatações quanto à mudança de desempenho escolar, temos que apenas (42,18%) percebem alguma mudança positiva, contra (57,81%) que não percebem estas mudanças. É provável que, em virtude do instrumento utilizado, não termos inquirido diretamente sobre o desempenho quantitativo, analisado somente as notas escolares dos alunos, portanto, teremos certa limitação na compreensão destes dados.

No que se refere à comunicação entre pais e filhos, quando perguntamos se as crianças e pais comentavam sobre as atividades que eram desenvolvidas no projeto, as evidências apontam para uma grande dificuldade de comunicação e interação entre pais e filhos o que, de certa forma, poderia prejudicar o desenvolvimento dos Programas.

A comunicação entre pais e filhos é essencial, além da questão da relação entre gerações, pressupomos que famílias tenham que dialogar sobre a educação de seus filhos, talvez isto não se dê em função de modesto grau de formação dos pais, muitos sequer terminaram o ensino fundamental, assim o como já foi apontado anteriormente.

Na relação de questões que procuravam investigar se percebiam ou não a condição de infraestrutura, com o objetivo de verificar se existia interação entre os diversos atores deste estudo, provavelmente, encontra-se em patamares diferenciados quanto a percepção dos diretores, quanto a modificações na área, perceptível, acredita-se, em função de não fazerem parte da administração pública.

A opinião sobre a preservação dos espaços, evidencia a ausência de preservação das áreas, muito comum no cenário das escolas e instituições de ensino no Brasil.

No que se refere às informações que procuram investigar a percepção dos pais quanto à preservação das estruturas. Ressalta-se a baixa manutenção dos equipamentos destinados ao atendimento destas demandas.

5.2- Os professores:

Ao alterarmos a ordem de discussão, deixando as respostas dos professores por último vamos evidenciar com mais cautela as dificuldades que estes apontam no convívio com os alunos e a comunidade circunvizinha a estes núcleos esportivos.

De acordo com as evidências, segundo os professores, ocorrem melhorias nas condições dos alunos, sendo dentro da limitação do instrumento aplicado, estas podem ser referidas ao que os professores percebem no cotidiano de seus alunos.

Ao que parece, pela proximidade e pelas atividades ministradas, pressupomos que os professores sejam os responsáveis diretos por aquisição de valores positivos e que exerçam nas crianças influências capazes de reverter comportamentos negativos.

A ocupação do tempo livre, pressupõe que as horas livres das obrigações, despendidas como horário de lazer, podem tirar a criança de situações de risco, exposição a violência e ao narco tráfico.

O esporte, com já fundamentado neste estudo, pode trazer novas oportunidades de vivência de uma cultura de paz e eficiente veículo educativo. Em opinião pessoal, acredita se que mudanças de comportamento podem ser uma forma de transformação em ambientes e violência. O Esporte em aulas de Educação Física e em programas de contra turno escolar, tem enorme contribuição para este quadro.

As manifestações sobre melhor relacionamento com a família, corroboram em todos os instrumentos, com a melhoria das relações familiares.

Quanto às respostas dos professores em relação ao desempenho escolar, as evidências apontaram para resultados extremamente equilibrados, sendo complexo assinalar de fato, se houve ou não por parte dos professores o cuidado de responder a esta questão observando dados confiáveis. Assim como o instrumento solicitado aos diretores, não percebemos mudanças expressivas, pois além de não observar se as notas escolares especificamente, percebemos que não havia uma relação direta de acompanhamento integrado com as escolas.

Quanto às respostas que assinalaram, os professores apontaram que: pouco mais de 44% não encontram melhorias no desempenho escolar

Diante dos fatos quantitativos não poderíamos deixar de mencionar que, segundo estes profissionais, ocorre que não há evolução que possa ser aferida em virtude deste projeto.

Ao que parece, para os profissionais diretamente relacionados ao ensino e gestão, não há evidencias de que as atividades esportivas propiciem quadros mais positivos nestes aspectos.

Apresentamos os comentários das crianças em relação ao que se desenvolve no projeto, ressaltando que a comunicação e a consequente participação dos estudantes é fundamental para o desenvolvimento de ações que integrem os atores. Sendo que obtivemos índice de 64% positivo para a comunicação. Os fatores de relacionamento entre professores, diretores e pais, parecem não interferir de forma negativa.

Quanto às atividades que demonstram desenvolvimento da lateralidade e da escrita, as respostas obtidas pelos professores não afirmam que as atividades oferecidas dentro do projeto esportivo municipal são diretamente responsáveis pelo incremento ou não do desenvolvimento dos alunos, entretanto pode-se reparar que existe um equilíbrio entre as respostas afirmativas e negativas - o que ainda sim gera dúvidas. Como dentro do planejamento deste projeto não existiu nenhuma orientação para realizações de testes ou baterias que mensurassem o desenvolvimento destes participantes, a única oportunidade de avaliação foi através deste inquérito. Parece muito comum, após investigarmos diversos outros projetos, que a ausência de avaliações de desenvolvimento ou desempenho motor não sejam relevantes, demonstras e aí, mais um distanciamento de critérios técnicos para orientação profissional.

5.3-Análise das questões abertas emitidas pelos Professores:

Com 91,70 % de Motivação: Com esta frequência nos diálogos, observamos a preocupação que se encontra sobre a relação de motivação e participação nas atividades escolares. As opiniões se referem à motivação como fator importante para a permanência do alunado nas atividades oferecidas, sendo também importante declarar que a motivação é entendida como fundamental para que estas crianças, todas dentro de um cenário de dificuldades, continuem a frequentar a escola. A intenção parece ser a de que estudem para assim promoverem-se socialmente.

Com 60,55% Tensão e violência: Dentro de um cenário de violência, este segundo item a aparecer faz referência à violência que assola estas áreas, mesmo distantes dos grandes centros urbanos, este item aparece como sendo fundamental diante da ameaça do narco- tráfico, da própria violência entre membros de comunidades pobres e a ausência de perspectivas para adolescentes e jovens sem formação técnico-científica.

Com 55,04% Desenvolvimento motor infantil através das ações públicas: Dentro desta questão, se reserva a preocupação com a oportunidade de desenvolvimento (no caso, o incremento e o estímulo ao desenvolvimento motor infantil), oportunizado através das

Políticas Públicas do governo local. Constatamos, então, a consciência que estes emitem através de suas falas sobre o reconhecimento das atividades ligadas ao desenvolvimento motor bem estruturado, qualificado, como muito importante no processo educacional.

Com 45,89% Expectativa de futuro: Dentro deste item encontramos as manifestações atreladas às expectativas futuras destas crianças e jovens que participam dos projetos - como já relatado o Brasil demonstra uma das maiores fraturas sociais, o que deve contribuir para a percepção de que através de educação de qualidade, formação continuada, oportunidades e preocupação com a qualidade das ações, as questões ligadas ao futuro destes participantes poderão ser diferentes.

Com 36,69% Envolvimento e qualificação das Políticas Públicas escolares: Estas falas remetem à necessidade de envolvimento das famílias, pais, professores, escolas e dirigentes na elaboração, implantação, desenvolvimento e avaliação das Políticas implantadas – portanto, percebemos que é cada vez mais claro que, dentro do atual cenário se não houver diálogo e ações de qualidade, não poderão ser consideradas positivas as ações desenvolvidas pelos governos.

Com 27, 52% Qualificação das Políticas Públicas: No que se refere à qualificação, parece cada vez mais claro que dentro das falas obtidas destes atores a qualificação chama atenção em virtude do passado de dificuldades relacionado às Políticas Públicas, à qualidade das Políticas desenvolvidas, à continuidade dos projetos e à expectativa futura de ações dentro das Políticas que oportunizem algum desenvolvimento dentro do cenário atual.

Ao analisarmos alguns pontos entre os dados aqui apresentados. Nas opiniões coletadas, percebe-se que não houve consenso em algumas partes, tais como a percepção distinta dos diretores quanto as condições gerais das áreas envolvidas para a realização das atividades, para estes, as condições estão dentro de parâmetros normais, já para os pais e responsáveis e professores, esta questão é relevante e prejudica o desenvolvimento das atividades. Os dados demonstram se convergentes quando apontam para questões como a participação dos alunos em atividades de tempo livre, a aquisição de valores positivos e redução da tensão social.

Já aspectos relevantes como a evolução quantitativa em notas, relacionados ao desempenho destes alunos nas escolas, não constatou se evolução expressiva, portanto é

consenso que mais estudos são necessários para desenvolvimento de critérios de avaliação de desempenho de estudantes em projetos sociais.

Ao que parece, a população envolvida neste contexto, por não contar com a presença de ações das políticas de governos durante muitos anos, satisfaz se com qualquer iniciativa, diante de um cenário de dificuldades e de baixo desenvolvimento individual, aceitam de forma resignada, qualquer iniciativa, mesmo que de forma incompleta, trazem alguma perspectiva para esta população.

CAPÍTULO 6

6- CONCLUSÃO: É Preciso Avançar

Para a realização deste estudo enfrentamos limitações que procuramos relatar dentro de algumas páginas de um trabalho acadêmico.

O programa de Iniciação ao Desporto (PID), caracterizou-se, em primeira visão, como um grande avanço no trato das atividades relacionadas às Políticas Públicas de Esportes e Lazer em Petrópolis – entretanto, para uma cidade que, no passado nobre, imperial, era considerada como o berço das manifestações esportivas advindas da antiga capital nacional – Rio de Janeiro, encontramos uma situação de grandes dificuldades sociais, culturais e estruturais - características estas que não devem ser muito diferentes das demais cidades do interior do Brasil.

Se por um lado obtivemos estas impressões, por outro conhecemos de perto a população da cidade, extremamente afetuosa, interessada em participar e entender em que um pesquisador poderia contribuir para lhes ajudar, para compreender qual cenário era aquele.

Entendi finalmente que em meu país, na cidade em que resido e trabalho, uma grande camada da população de baixíssima escolaridade - no caso refiro-me aos pais e responsáveis pelos alunos deste projeto -, não teria a possibilidade de compreender o que era explicado, sem que a linguagem fosse bastante simplificada, alterada, para dentro deste contexto podermos coletar suas mais francas opiniões.

Em contrapartida, encontrei professores e diretores extremamente inseguros e receosos das minhas ações, com bastante receio, me devolviam os instrumentos de pesquisa, mesmo que eu assegurasse que as identidades fossem rigorosamente mantidas em sigilo, e que suas opiniões estariam todas dentro das falas e das respostas dos limitados instrumentos. Mas seu receio estava também em algo que não poderia aferir com assertividade, dedicadamente, esforçam-se todos os dias para oferecer alguma expectativa de futuro para uma grande massa de crianças e de jovens que lutam com dificuldades pelo acesso à formação, aos Esportes e ao Lazer formais, sem se darem conta de que, além de um direito institucional, a qualidade do que lhes é oferecido poderia melhorar bastante.

As estruturas débeis, limitadas e o próprio entendimento do que é a escola, do que é um núcleo de Esportes e Lazer, são a consequência e ao mesmo tempo o contínuo de uma realidade que assombra a Educação como foi comentado dentro deste trabalho, é a fratura social brasileira. Em uma colocação pessoal gostaria de aceitar que não só o Esporte ou o Lazer, mas

toda a Educação Escolar Pública deveria proporcionar a real possibilidade de alavancagem social necessária, não apenas na cidade sul-fluminense deste estudo focado num certo município brasileiro, mas em todas as cidades que detenham o mesmo cenário no Brasil.

Faz-se necessário compreender a dimensão política, essa dimensão interpretada como a capacidade de um grupo restrito de sujeitos políticos, que detém a hegemonia da sociedade, em direcionar seus esforços para determinada ação supostamente imbuída de uma ideologia refletindo um modelo de Estado.

Em uma primeira análise de impacto proporcionado pelo estudo pode-se dividir estes impactos em áreas importantes, primeiro para prosseguir com o entendimento de que são necessárias sistematizações de análise de impacto de políticas públicas, neste caso, no que refere se aos Esportes e ao Lazer de crianças em idade escolar da rede pública da cidade. Percebe se que na expectativa de solucionar problemas e mazelas sociais, em muitas ocasiões estes são incorporados como objetos ou instrumentos de projeto, observa se que não conseguem alterar significativamente a realidade local.

Da análise das estruturas encontramos diversas contradições. Talvez a mais séria seja a diferença entre o que é relatado nos instrumentos aplicados aos diretores e o que é informado dentro dos poucos dados oferecidos pelo órgão responsável em administrar o projeto. Não é fácil perceber que inexistente preocupação com a qualidade dos oferecimentos. As informações prioritárias, dadas pelos diretores, residiam quase que exclusivamente em dados quantitativos, referentes aos números de atendimentos, números de crianças, registros de cumprimento de normas - nada mais aprofundado, questionado, no sentido de permitir a reflexão sobre a possibilidade de mudanças para melhor. A Diferença entre o que encontramos e entre o relato de diretores e os instrumentos constatados chega a 51.45%, longe de acusações, percebe se que pode haver falta de controle em cada núcleo avaliado, superestimando se quantitativamente a população participante, percebe se também que poderia existir, através desta superestimativa, relações com envio de verbas destinadas ao custeio e ao cumprimento de metas pré estabelecidas. Com uma média 205 alunos por núcleo, em uma faixa etária entre 08 e 09 anos de idade o controle e acompanhamento devem ser enfatizados para uma gestão mais efetiva. A apresentação de uma frequência de alunos em torno de 71% portanto, fica comprometida.

As informações conduzem-nos a evidências de que não houve grandes investimentos em infraestrutura, já que as atividades são realizadas em pátios das escolas, supondo se que: não houve preparo para a implantação, ou qualquer tipo de aporte que trouxesse qualificação

ao espaço destinado ao ensino, estes dados relacionados a infraestrutura não são mencionados, apenas o quantitativo de alunos e as atividades realizadas.

Portanto, observa-se que após esta investigação que o impacto inicial demonstrado através deste estudo, evidencia se em insuficiência no controle das informações oferecidas e inadequação da infraestrutura.

Na avaliação de itens relacionados ao que é percebido pelos diretores, aspectos relacionados a cooperação, sociabilidade, disciplina, respeito aos professores, ocupam os maiores percentuais, acredita se que inicialmente percebidos como valores positivos proporcionados por projetos, que devem combater através de suas ações o quadro muito comumente encontrado em áreas de risco em todo Brasil. Percebe se que segundo os diretores há impacto positivo nos elementos relacionados a mudança de comportamento e atitude, mesmo que não tenhamos verificado antes , cabe ressaltar que a partir deste estudo, que propõe sistematização nas avaliações de impacto, futuramente poderá ocorrer evoluções mais expressivas.

Da mesma forma que foi avaliado o desempenho dos professores, observa se o correto cumprimento de seu dever profissional, embora não houvesse nenhum dado, quantitativo ou qualitativo que apontasse a avaliação sistemática deste critério, acredita se que a partir de então, sugira se o desenvolvimento de metodologias de preparo e avaliação para o professor envolvido. O dado relevante, é relacionado aos possíveis ganhos em desempenho escolar, embora 52% por cento apontem que o desempenho escolar tenha melhorado, ainda registra se grande contingente, mais de 40%, que não confirmam desenvolvimento nas notas escolares, certamente, esta relação, ainda complexa e difícil de mensurar quando relacionada a prática esportiva de crianças, não alcançou resultado expressivo. Pode se atribuir ao curto espaço de tempo em que as atividades são realizadas ou a ausência de metodologias mais expressivas que comparem quantitativamente e qualitativamente as notas e desempenho dos escolares participantes. Ao resultado apresentado, sugere se maior atenção aos resultados e estudos que relacionem o desempenho escolar e a participação em projetos deste porte.

Das opiniões obtidas pelos professores, percebemos que estes situam-se bem perto do quadro dos alunos. Suas opiniões ofereceram-nos alguns indícios de melhoria no desempenho dos alunos envolvidos, em 58%, com melhorias percebidas, na utilização dos equipamentos disponíveis e dos espaços comunitários, não houve mensuração anterior, entretanto, acredita-se que os professores possam através de observação constatar a melhor utilização, de maneira cabível a este contexto, com a relação estabelecida com as comunidades através do trabalho

sistemizado, apontaram nos a maior inclinação para a prática esportiva, ânimo para frequentar a escola, embora a percepção em relação ao aumento do desempenho escolar não seja das maiores, foram 52% que disseram que sim, contra 48% que não. Mais uma vez, apontamos a necessidade de estabelecer-se uma sistemática avaliação de projetos, em um dos itens avaliados, perguntou-se: As melhorias foram percebidas? As respostas corroboram com o que demonstramos, pouco mais de 40% demonstraram não ter havido melhorias e 36% demonstraram ter mantido o desempenho igual. Embora o instrumento tenha suas limitações, este levantamento contribui para evidenciar preocupação em como aferir programas, mesmo que neste curto espaço de tempo, aferir desempenho escolar, e investigar o impacto de programas, no desempenho de crianças, sinaliza aos gestores públicos que estes devem se mobilizar para demonstrar resultados efetivos e atender tais expectativas.

O que ficou mais evidente na ação investigativa deste estudo, foram as questões abertas feitas aos professores. Neste aspecto, foi importante colher-se as falas destes mestres, principalmente por que nos pareceu evidenciar-se os efeitos diretos de um programa desta envergadura. Apontaram-nos a necessidade de qualificação das políticas públicas empregadas, além da dificuldade na manutenção destas, a continuidade parece uma ameaça tradicional nesta área, evidenciando aspectos relevantes ao ciclo político e programas de governos, apontados por nós como características tradicionais nas políticas públicas brasileiras.

Acredita-se que diante de uma realidade dura, como a brasileira, a cidade investigada, embora seja considerada pouco violenta, em observação pessoal, apresenta níveis de tensão social e risco consideravelmente elevados. Estas falas, levaram-nos a descobrir, quão motivados são os profissionais de educação física envolvidos nas atividades esportivas, com todo este cenário, responderam-nos prontamente que continuariam suas atividades, narram a importância das atividades para o desenvolvimento motor infantil, os valores trazidos pelo esporte, a relevância que a educação tem em apontar caminhos para esta população local.

Quanto aos pais e responsáveis, foram uma das maiores dificuldades de campo encontradas neste estudo, pois, como foi comentado, apresentaram-se de forma muito limitada quanto à compreensão do instrumento de investigação, demonstraram-se receosos pela dificuldade em responder as perguntas, estas foram reestruturadas para adequar-se à possibilidade e, obtivemos dados que corroboram as indicações feitas por professores. Com pouco mais de 60% percebem modificações em seus filhos, talvez seja esta uma boa indicação de impacto positivo do programa, outras informações obtidas, confirmam estas indicações: as melhorias no relacionamento com parentes e amigos, o aumento do interesse e frequência aos

espaços comunitários, com maior disposição para a prática esportiva. Tais informações evidenciam-se, assim como outras anteriormente apresentadas, como o desenvolvimento dos primeiros critérios de avaliação de programas sociais na cidade, encontramos narrativas que demonstram alguma mudança no desempenho escolar, por mais de 57% dos pais e responsáveis, estas melhorias, não são exclusivas aos conceitos e notas, mas, como comentado, registram-se em áreas de forte tensão e risco social, daí o interesse, em apontarmos estas alterações, entendidas como diminuição de incidências de violência e comportamento mais adequado aos valores educacionais de disciplina, respeito, cooperação. É muito comum no Brasil, a cidade de Petrópolis reproduz esta lógica, crianças desta faixa etária, cooptadas pelo narcotráfico e criminalidade, traduzindo-se assim, em entrada para o crime.

Apresentam-nos ainda posições que demonstram impacto destas pesquisas nas constatações de que não houve investimento em infraestrutura, pressuposto para o desenvolvimento e acolhimento das demandas, demonstrando-se não ocorrer modificações em todas as áreas, a permanência de espaços danificados e não preservados, a ausência do Estado na completa contenção da violência, assistida por todos os moradores do entorno aos projetos, mas com aspectos relevantes sobre a constatação de não mais ocorrer cenas de violências entre as crianças destas áreas, assim como respeitar-se o espaço escolar destes projetos.

Ao final deste estudo acreditamos que ocorreu uma singela melhoria na utilização dos equipamentos públicos de Lazer, mas não expressivamente significativa diante do tamanho da população inserida neste projeto - com já nos referimos, mais de vinte e cinco mil crianças em idade escolar. Daí a percepção de que nunca antes nesta cidade houve qualquer tipo de programa ou manifestação que conseguisse dinamizar tamanha quantidade de população.

Nas questões relativas aos valores desenvolvidos pelo e através do Esporte, evidencia-se que podem ter ocorrido melhorias na realidade das famílias e das crianças, mas se houvesse a comparação de dados relativos à violência local, provavelmente limitaria-se ganhos e evolução neste aspecto do projeto - principalmente, partindo-se de um modelo oriundo da prática esportiva como cultura de paz.

Neste estudo não nos referimos aos recursos, principalmente os dotados ao orçamento da antiga coordenadoria de Esportes e Lazer, que durante o ano de 2004, transformou-se numa Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. De fato, estes recursos diminuíram após este ato, em virtude do orçamento relativo a uma coordenadoria ligar-se diretamente ao da Secretaria Municipal de Educação.

Transformando-se em Secretaria de Esportes o orçamento passou a ser próprio determinado por ato do Prefeito e Câmara de vereadores daquele município, o que limitou ainda mais a ação desta.

Finalmente, antes mesmo da apresentação final deste trabalho, ocorre uma grande alteração dentro deste programa: houve a desvinculação do PID da Secretaria de Esporte, e o programa retornou à responsabilidade da Secretaria de Educação - o que no nosso entender sinaliza para uma intenção de encerrar as ações da Secretaria Municipal de Esportes. Esta medida vem sendo duramente criticada por todo o setor da Educação Física desta cidade.

Durante todos estes anos tentamos, de alguma forma, conhecer mais profundamente o funcionamento do Governo Municipal, não só para aprender sobre as demandas existentes, mas também, por duas oportunidades, para entendermos, mesmo que ocupando funções singelas e com certo distanciamento, os problemas inerentes a este setor da Gestão Pública.

Para a cidade de Petrópolis, seria importante evidenciar se, após este estudo, a constatação de que o Programa de Iniciação ao Desporto, enquanto existiu, ofereceu oportunidades de inclusão aos alunos do sistema público através dos Esportes e Lazer e com alguma eficácia. Considerando as limitadas possibilidades do programa, mesmo que esta percepção analisada fosse discreta, afirmar se que a efetividade das ações desta gestão responsável pelo Programa de Iniciação ao Desporto obteve sucesso limitado.

Percebe se do quadro destes Programas Públicos que a definição, a implementação e a avaliação de Políticas para os Esportes e Lazer em âmbito escolar, devem ser precedidas de compreensão em relação ao que deve se evitar, tal como a gestão ineficiente em programas desconexos, mesmo que baseados em inspiração amadora e boa vontade, pois assim afirmar se que não se atinge a promoção do desenvolvimento almejado.

O termo Política Pública somente pode ser entendido ao fazermos uma incursão pelo significado dado à Política nos diversos enfoques que este pode ter - seja como ciência ou arte, teoria ou prática, no senso comum ou na linguagem de especialistas, referindo-se ao exercício de alguma forma de poder, com suas múltiplas consequências.

Contudo, ressaltar a palavra Política apenas ligada ao exercício do poder não designa a totalidade de sua abrangência. É necessário, refletir sobre o que é exercer poder. Poderíamos relacionar este exercício a um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são a princípio divergentes, toma decisões coletivas que tornam se regras obrigatórias para o grupo e se executam de comum acordo. Perante esta definição de Política, conclui se que no mundo moderno o cenário principal deste exercício seja o Estado, já que este é a autoridade

mais compreensiva que podemos encontrar e, certamente, a instituição com maior capacidade de influenciar através da persuasão ou da negociação, ou, ainda, estabelecer mecanismos de tomada de decisão final. Assim, analistas relacionam a definição de Política à ação do Estado.

Segundo Ribeiro (1998) “em toda sociedade há mecanismos estabelecidos, através dos quais as decisões Políticas são formuladas e efetivadas. Na linguagem comum, diríamos que toda sociedade tem alguma espécie de governo”. (p. 13)

O Estado moderno, desde a sua concepção, tem servido a interesses de determinada classe social. Na sua criação esteve fortemente ligado ao liberalismo político, ou seja, de intervir na sociedade a fim de garantir limitações, por exemplo, da autoridade dos patrões sobre os empregados, e em relação às práticas de manipulação predatória do mercado.

A este tipo de ação do Estado moderno denominou-se “Políticas Públicas”. Historicamente as Políticas Públicas, em especial aquelas ligadas à dimensão social, foram planejadas e executadas como concessão de um Estado paternalista, que através delas exercia o controle sobre a classe trabalhadora e, em raras ocasiões, foram fruto de lutas de categorias sociais por seus direitos. Ainda conclui se que, por ser o Brasil uma nação com moldes federativos, no qual há autonomia Política ideológica entre as unidades, as Políticas Públicas, às vezes, assumiram uma determinada direção ideológica na esfera nacional e outra nas esferas estadual e municipal.

Estas orientações resultaram em diferentes modelos de gestão pública que tem por base ideologias como a liberal, a neoliberal, a social democrata e/ou um modelo híbrido, que congrega formas distintas de democracia (representativa e participativa) e, que hoje, parecem conviver em consenso, ou em conflito direcionado à aplicação dos recursos, à concepção e aplicação de Programas e sua avaliação.

As Políticas Públicas e sociais têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação, habitação, entre outras. Contudo, quando nos referimos ao Lazer e ao Esporte, embora constatemos que tais Políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da História Política Brasileira, foi somente a partir da Constituição de 1988, que estes campos foram contemplados como direitos sociais.

Assim, pensar e implementar Políticas Públicas para o desenvolvimento do Lazer e do Esporte necessariamente implica perceber se que tais direitos, muitas vezes, foram usados como benesses concedidas por algum governante ao povo ou usadas para o controle da classe trabalhadora e, também, enfrentar se as tensões causadas pela adoção de diferentes modelos ideológicos de Estado, nas diferentes esferas de nossa nação, que nem sempre são transparentes

ao controle popular. Como há diferentes concepções, obviamente as concessões orçamentárias, as legislações pertinentes ao setor e o próprio estabelecimento e acompanhamento de Programas seguem critérios que estão pautados mais em acordos políticos partidários, do que no atendimento a parcelas da sociedade civil que precisariam ter acesso a esses bens (que, em última análise, lhes pertence).

Além disso, salvo algumas iniciativas isoladas de algumas municipalidades e tentativas na esfera estadual e municipal, o controle e a avaliação dos Programas são precários. Este acompanhamento deveria ser realizado desde sua implementação, passando pela dotação orçamentária (e as leis que a sustentam) até uma avaliação de impacto social destas Políticas.

Outro ponto de fundamental importância, para quem vai se debruçar sobre os estudos de Políticas Públicas de Lazer e de Esporte no Brasil ou mesmo administrá-las é a consciência de que o delineamento teórico que irá sustentar a ação deveria ter papel determinante nas mesmas. Entretanto, o que temos constatado é que há uma lacuna entre o que escreve se e o que coloca se em prática. Por fim, outro aspecto prioritário a ser atacado é a forma como a gestão é efetivada entre os diferentes setores. O Lazer e o Esporte têm sido tratados como campos “siameses”. Muitas vezes, as ações de Lazer ficam restritas à manifestação da cultura esportiva, pautada pelo padrão do alto rendimento. Desta forma, é oferecido a população (obviamente a uma parcela ínfima da mesma) Programas de iniciação esportiva daqueles Esportes considerados como tradicionais ou as verbas são usadas para que o município, estado ou mesmo País (e alguns poucos privilegiados) representem-no em competições cada vez mais ‘profissionais’. Pouco tem se pensado e feito neste campo para uma efetiva mudança, como, por exemplo, o enfrentamento dos obstáculos que impedem a efetivação de uma gestão matricial (ações transversais ou Inter setoriais) relacionadas ao Lazer e ao Esporte.

Certamente, mudanças substanciais seriam implementadas caso diferentes setores planejassem e efetivassem práticas multidisciplinares nestes e em outros campos. Por fim, poderíamos afirmar que o campo do Lazer e do Esporte ainda carece do desenvolvimento de estudos comparativos sobre os diferentes modelos de gestão, dos investimentos públicos e sua aplicação, dos impactos sociais destas Políticas, da coerência entre discurso e ação, da dimensão da representação individual do Lazer e o impacto que pode ter sobre a construção coletiva destas Políticas, da coerência entre discurso e ação, da dimensão da representação individual do Lazer e o impacto que pode ter sobre a construção coletiva destas Políticas. Assim como são precários e incipientes os diálogos entre quem administra e quem produz conhecimento (universidades, agências de pesquisa). Os primeiros por justificarem em seus discursos que o tempo da Política

não pode e não é o mesmo tempo do meio acadêmico e da pesquisa, pois os mandatos para um governo são curtos e não permitem planejamentos em longo prazo. Em segundo, porque ao criticarem tais Políticas não são bem recebidos pelos governantes que desejam que a avaliação de suas ações seja exclusivamente propaganda partidária e não uma prática efetiva de avaliação que enseje mudanças no meio social, mudanças que propiciem uma real melhoria no contexto educacional e em prol do desenvolvimento humano.

7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ala-Harja, M., & Helgason, S. (2000, outubro). Em direção as melhores práticas de Avaliação. *Revista do Serviço Público*, 51 (4), 5-59. Recuperado em 5 dezembro, 2017, de [www.dasfoc.com/das/32917338/avaliação das políticas públicas](http://www.dasfoc.com/das/32917338/avaliação%20das%20políticas%20públicas).
- Andrews, A. D., Thatte, S. R., Hill, R. D., Norlander, R. A., & Armanasu, A. A. (2002). *U.S. Patent No. 6,487,665*. Washington, DC: U.S. Patent and Trademark Office
- Arretche, M. (2003, fev.). Dossiê. Agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51),7-9.
- Bacelar, T. (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Observatório CMG/UPFE-MESC/UPDAM-FASE/ME.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Betti, M., de Carvalho, Y. M., Daolio, J., & Pires, G. D. L. (1991). A avaliação da educação física em debate: implicações para a subárea pedagógica e sociocultural. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 1 (2).
- Bueno, Luciano. (2008). *Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.
- Betti, M. & Zulliani, L.R. (2002). Educação Física Escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 1, 73-81.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (2000). *Dicionário de Política* (5a ed., 2v.) UNB.

Bracht, V. et al. (2002). A prática pedagógica em Educação Física: a mudança a partir da pesquisa ação. *Revista brasileira de Ciências do Esporte*, 2 (23), 9-29.

Brasil. (1998a). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

Brasil. (1996b). Lei nº9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10793.htm.

Brasil. (1971c). *Lei 5.692 de 11 de agosto 1971*. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm

Brasil. (1975d). *Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975*. Recuperado em <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>.

Brasil. (1998e). *Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998*. Recuperado em www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9615consol.htm.

Bruno-Faria, M. D. F., & Brandão, H. P. (2003). Competências relevantes a profissionais da área de T&D de uma organização pública do Distrito Federal. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(3), 35-56.

Carta Europeia do Desporto (1992). In *Rhodes: 7ª Conferência dos Ministros Europeus*.

Carvalho, S. (2002), (a). *Análise das Políticas públicas brasileiras*. Ed. Cortes. 98p.

Carvalho, S. (2002). (b). *Políticas públicas para Inovação e desenvolvimento local*. 2005. Recuperado em 5 janeiro, 2017, de www.unesp.br.

Conferência Brasileira de Esporte Educacional. (1996). *Memórias: Conferência brasileira de esporte educacional*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho.

Conselho Federal de Educação Física. (2004). *Carta brasileira de educação Física*.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 10 abril 2017, de <http://www.planalto.gov.br>

Correia, M. M. (2008). (a) Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 29 (3).

Correia, M. M. (2008). (b) Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. *Arquivos em Movimento*, 4(1), 114-127.

Dacosta (2004). *Atlas do Esporte brasileiro*. Rio de Janeiro: Shape.

Daolio, J. (1995). *Da cultura do corpo*. Campinas, Papirus.

Daolio, J. (2004). A cultura da educação física escolar. *Revista Virtual EF*.

Darido, S.C. & Mota e Silva, E.V. (2002) O papel das disciplinas esportivas na formação profissional em educação Física. In Moreira, W.W.; SIMÕES, R.(Org.). *Esporte como fator de Qualidade de vida*. Piracicaba: Unicamp,

Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 8 abr. 2013. Recuperado em: 18 setembro, 2017, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>.

Denzin, K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens*.

Farjalla, R. (1996). *Caracterização da Demanda de Lazer no Centro de Atividades do Trabalhador de Petrópolis- Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.

Farjalla, R. (2007). *Petrópolis Sports and Leisure Public Policies: Analysys of their impact on the formation of citizenship and the development of the population*.

Feio, N. (1978). *Desporto e Política, ensaios para a sua compreensão*.

Ferreira, Aurélio (1999). *Buarque de Holanda: Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, versão 3.0 cd-room.

Frey, K. (2000 junho). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, (21), 211-259.

Frey, J. H., & Fontana, A. (1991). The group interview in social research. *The Social Science Journal*, 28(2), 175-187.

Garcia, V.P. (2001). *Desenvolvimento das famílias empresárias*. Qualitymark Editora.

Hobbes, T. (1999). *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*.

Houaiss, A., Villar, M., & Mello Franco, F. M. (2002). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.

Houliham, H. & White, A. (2006). *The politics of Sport Development*. (p.254). Taylor and Francis.

Huizinga, J., & des Mittelalters, H. (1975). Studien über Lebens-und Geistesformen des 14. und 15. *Jahrhunderts in Frankreich und in den Niederlanden, Stuttgart, 11*.

IBGE (2010a). População dos municípios brasileiros. Diário oficial da União:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf

IBGE (2006b). *Pesquisa de esporte 2003*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2010c). População dos municípios brasileiros. Diário oficial da União:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf

Kolyniak, C; Filho. (1997). *Educação Física: uma introdução*. São Paulo: Editora PUC

Kravchychyn, C., & Oliveira, A. A. B. (2012). Educação física escolar e esporte: uma vinculação (im) prescindível. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 11(1).

Lima, T. (1988). *O desporto está nas Suas Mãos*. (p. 88). Lisboa: Livros Horizonte.

Lobato, Paulo Lanes. (2011). *Contextualização da formação esportiva no brasil: fundamentos e pressupostos para seu desenvolvimento*. Vila Real: [s.n]. *Tese de Doutorado*

Marinho, A.; Façanha, L. O. (2001). *Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*.: IPEA. Recuperado em:

<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0787.pdf>.

Mello, S. D. (1999). *A violência urbana e a exclusão dos jovens. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, 6.

Melo, M. P. (2005). *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. (pp71-81). Campinas, SP, Autores Associados.

Mokate, K. M. (2002). *Convirtiendo el "monstruo" en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social*.

Nahas, F.: (1995) *Conferência para a promoção da saúde SESC*.

Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1127-1144.

Piovesan, F. (2013). *Direitos humanos e justiça internacional*. Saraiva Educação SA

Pires, Gustavo. (2009). The Olympic movement today: From a diplomacy of silence to a silent diplomacy. The case of both China. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 9 (2), 159-195. Recuperado em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164505232009000200017&lng=pt&tlng=en.

Prefeitura Municipal de Petrópolis (2005). *PID. Programa de Iniciação Desportiva Municipal*.

Reis, E. (2003). Reflexões leigas para formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 18, (51), 111-114.

Ribeiro, D. (1998). *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*, 1. Companhia das Letras.

Russell, B. (2016). *História da filosofia ocidental-Livro 1: A filosofia antiga*. Nova Fronteira.

Silva, P. L. B., & Costa, N. D. R. (2002). *A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira*.

Souza, C. (2003). Estado de campo da pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 51-55.

Steinhilber, J.(2008). Educação física, Esporte e Escola. In Vargas et al. (Org). *Questões do Esporte* (pp. 61-68). Rio de Janeiro: LECSU.

Tavares, S. (2006). Avaliação de projetos sócio- esportivos. In: Mello, V. A. & Tavares, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. (pp.200-211). Rio de Janeiro: Shape.

Thoening J. C. (2000 abr./ jun.) Avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. *Revista do serviço Social*, 51(2), 54-70.

Trevisan. A. P. & Bellen H.(2008). Avaliação de Políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública FGV*, 42 (3), 529-550.

Tubino, M.J.G. (1977a). *Os conceitos de Eficiência e Eficácia como orientadores administrativos de cursos e graduação em Educação Física*. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de desporto e educação.

Tubino, M. J. G. (2001b). *Dimensões Sociais do Esporte*. São Paulo.

Tubino, M. J. G. (2006c). *Direito a Educação Física e Esporte*, São Paulo

Tubino, M. J. G. (2003d). Política Nacional do Esporte, disponível em www.tubino.com.br.

Tubino, M. J. G., & Silva, K. M. D. (2006e). Esporte e cultura de paz. In *Esporte e cultura de paz*.

Unesco (1978). Carta Internacional de Educação Física e do esporte. Paris. disponível em www.unesco.org, acesso em 10-3-08.

Vargas, A. (2001). *Desporto e tramas sociais*. Rio de Janeiro: Sprint.

Vasconcellos, D. W.(2008). *Esporte Poder e Relações intersetoriais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

ANEXO A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante: Os estudos de doutoramento realizados na Universidade Trás os Montes e Alto Douro, Portugal, supervisionados pelo professor Dr. António Seródio, tem como objetivo final a elaboração de uma tese. Sua participação envolve responder a um instrumento de verificação cujo tema é voltado ao estudo do impacto das políticas públicas desenvolvidas em nossa cidade. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar, solicitando a retirada de suas respostas dos estudos desenvolvidos, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identifica-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá para a compreensão e produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador. Atenciosamente,

_____ Professor
Ms. Renato Farjalla local e data

Nome do professor Orientador do estudo

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome do participante, local e data

ANEXO B

Instrumento i- destinado aos diretores das escolas.

Nome da escola: DIRETORA: I-Estrutura de funcionamento: Recursos Humanos:

1) Qual a quantidade de alunos no programa?

2) Qual a faixa etária dos alunos no programa?

3) Qual são as séries?

Meninas _____

Meninos: _____

3) Quanto tempo o PID se desenvolve na escola? _____ 4)

Atividades desenvolvidas?

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| () Mini handebol; | () capoeira, |
| () tênis de mesa, | () ginástica artística, |
| () xadrez | () judô, |
| ,() tênis de mesa, | () capoeira, |
| () karatê, | () futebol de campo, |
| () jogos e brincadeiras, | () outros. |
| () karatê, | |

5) Frequência e dias do PID?

Qual a frequência de alunos no PID? () ruim,() média, () boa,() excelente.

Qual o número de aulas por semana?

Qual o número de alunos por turma?

Meninos: Meninas: Qual o número de professores?

6) Há serviço de limpeza e manutenção? Sim. Não.

Quem realiza? Funcionários do clube () zelador() escola () voluntários () Quantas pessoas? _____

Em que turmas? _____

II - Espaço físico:

1)Local da prática: a)Quadra: b)Sala: c)Pátio: d)Campo: e)Outros: zero

2) Atividade realizada dentro da escola? Sim (); não (); terceirizada () 3)

Onde é realizada?

4) Existe estrutura de apoio como:

Sanitários masculino e feminino sim () não () Vestiários: sim () não ()

5) Com iluminação:

Sim () não (). III - Recursos materiais:

1 – material esportivo: adequado (), não adequado (); insuficiente().

2-Material de limpeza: adequado (): não adequado (), insuficiente().

3-há utilização dos uniformes: sim () não () Qual? _____ 4-

Quem ofereceu: a- PMP () com atraso. b-Doado () d- Compra pela escola () e-

Os pais ()

IV - Benefícios em relação ao projeto: O projeto está contribuindo para o desenvolvimento dos alunos? Sim () não () Em que contribui mais?

1-() cooperação, 2-() afastar -se de maus elementos, 3-() interatividade, 4-() relações sociais, 5-() motora, 6-() desenvolvimento da lateralidade e global, 7-() valores, 8-() concentração e memória, . 9-() sociabilidade, 10-() grupo, 11-() iniciativa, 12() saúde 13- () socialização, 14- () disciplina, 15- () concentração ,16- () capacidade física, 17-() disciplina ,18- () relação pessoal, 19- () respeito, 20- () organização. 21- () disciplina, 22- () auto-estima, 23- () sociabilidade, 12() saúde, Sugestões:

V - Em relação ao professor:

a - O professor cumpre o horário estabelecido? () Sim () não:

b - A aula é dinâmica: () Sim () não:

c - Desperta o interesse dos alunos: () sim () não d - Realiza atividade integrada à escola: Sim () não () e - Quais as atividades desenvolvidas?

f- Mantêm bom relacionamento na escola: a- Sim () b- não () VI - Atividades com a comunidade: Existe alguma atividade do projeto esportivo desenvolvida na escola com a comunidade? Sim () Não() Qual (ais)?

ANEXO C -

Destinado aos professores das escolas:

1- Após o desenvolvimento oportunizado pelos programas de esporte municipais percebe melhorias em seus alunos? A-() sim b-() não

2- poderia assinalar quais as mudanças, se houve, mais facilmente percebidas em seus alunos?

A-() melhoraram muito no relacionamento com familiares e amigos;

B-() não melhorou no relacionamento com familiares e amigos;

C-() aparentam mais ânimo para frequentar a escola;

D-() não aparentam mais ânimo em frequentar a escola;

E-() demonstram-se mais dispostos para a prática desportiva

F-() não se demonstram mais dispostos para a prática desportiva;

G-() frequentam espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre;

H-() não frequentam espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre;

3- Quanto ao desempenho escolar constatou alguma Mudança? A-() sim b-() não.

Poderia assinalar?

A-() melhoraram as notas escolares;

B-() não melhoraram as notas;

C-() não houve melhorias que possa perceber;

D-() mantiveram-se iguais no desempenho;

E-() pioraram seu desempenho;

4- As crianças falam sobre as atividades que desenvolvem durante a participação nas atividades esportivas? A-() sim b-() não

5- As atividades que envolvem a escrita e que demonstram Desenvolvimento da lateralidade percebe alguma modificação?

a-() sim b-() não. c-() apenas em algumas crianças.

6- Poderia mencionar alguma outra informação importante para a avaliação das atividades do PID?

ANEXO D

Questionário direcionado a pais e responsáveis.

Após 9 meses de aulas do projeto de iniciação ao desporto gostaríamos de saber opiniões sobre o desempenho dos alunos.

1- Repara alguma mudança de comportamento dos alunos em casa pós estes meses de participação no projeto municipal?

A- () sim. B- () não.

2- Poderia assinalar quais as mudanças, se houve, mais facilmente percebidas?

a () melhorou muito no relacionamento com familiares e amigos; b- () não melhorou no relacionamento com familiares e amigos; c- () Apareta mais ânimo para frequentar a escola; d- () não aparenta Mais ânimo em frequentar a escola; e- () demonstra-se mais disposto Para a prática desportiva f- () não se demonstra mais disposto para a Prática desportiva; g- () frequenta espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre; h- () não frequenta espaços comunitários fora do horário do projeto em seu tempo livre;

3- Quanto ao desempenho escolar percebe alguma Mudança? A- () sim b- () não. Poderia assinalar?

a- () melhorou as notas escolares; b- () não melhorou as notas; c- () não houve melhorias que possa perceber; d- () manteve-se igual no desempenho; e- () piorou seu desempenho;

4- A criança fala sobre as atividades que desenvolve durante a participação nas atividades esportivas? A- () sim b- () não

5- Poderia assinalar alguma modificação percebida no espaço escolar destinado as práticas esportivas?

a- () o espaço escolar manteve-se limpo e conservado durante este ano letivo; b- () o espaço escolar está danificado e mal preservado; c- () não vejo ou escuto sobre violência entre as crianças; d- () frequentemente vejo ou escuto cenas de violência. e- () não percebi nenhuma modificação em toda a área.